

SESSÕES DO PLENÁRIO

39ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de maio de 2024.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Raimundinho da JR, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (59). A Deputada Ivana Bastos e o Deputado Penalva encontram-se licenciados.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Como não há expediente a ser anunciado, passemos logo ao Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Seguindo a ordem de inscritos, eu convido o deputado Pedro Tavares para utilizar o tempo de 5 minutos. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Bobô. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Raimundinho da JR. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Euclides Fernandes. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Robinho. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Matheus Ferreira. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Alex da Piatã. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado José de Arimateia. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Tiago Correia. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Sandro Régis. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Alan Sanches. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Vitor Bonfim, pelo tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. VITOR BONFIM: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados que estão conosco, na tarde de hoje, em nosso Plenário da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, sei que nós temos matérias importantes para votarmos na tarde de hoje. Nossas galerias se encontram lotadas. Deputados Samuel Junior, Marcelinho Veiga e Manuel Rocha, vamos fazer um esforço. Desde já, no início da nossa sessão, faço um apelo para a gente ver se consegue votar o projeto que trata do abono dos professores.

Nós estivemos, na semana passada, votando já a terceira parcela dos precatórios. Precisamos votar, também, na tarde de hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a aprovação do pagamento do abono, para a gente ter a possibilidade de realizar o pagamento ainda ao final do mês. O processamento da folha de pagamento do estado fecha no próximo dia 16 de maio. Então, é importante a gente fazer este esforço – deputado Robinho, V. Ex.^a acaba de adentrar ao nosso Plenário – para que a gente possa votar este abono.

Contamos, mais uma vez, com a colaboração dos deputados da Oposição, que têm deixado de lado as questões políticas e, sempre, colaborado com a sociedade baiana nos projetos de interesse coletivo. Eu estava tratando da questão do abono. Então, estou fazendo este apelo para a gente avançar e votar o abono.

Sr. Presidente, quero tratar, também, da inauguração do mais novo equipamento de saúde pública do estado da Bahia, inaugurado com a presença do nosso presidente Lula, na última sexta-feira, no município de Teixeira de Freitas. Foi a inauguração do Hospital Regional Costa das Baleias.

Esse grande investimento vem para se somar a outras unidades que já foram inauguradas em nosso estado, reforçando o compromisso que o nosso governo tem de interiorizar a saúde, ou seja, de levar, para o interior do nosso estado, também, o atendimento à saúde nas alta e média complexidades. Foi um investimento maciço de mais de R\$ 200 milhões.

Estavam presentes o nosso governador Jerônimo Rodrigues, o nosso senador Jaques Wagner, o nosso presidente Lula, os nossos demais senadores, a comitiva de

deputados estaduais, federais e prefeitos. Infelizmente, o prefeito do município de Teixeira de Freitas não estava na inauguração.

Mas o que interessa é que esse equipamento foi entregue não só para a população de Teixeira de Freitas, mas também para toda a população da região do Extremo Sul, que contará, a partir de agora, com um hospital possuindo mais de 100 leitos, com leitos de UTI e com leitos de UTI pediátrica, dando suporte à assistência, ajudando a minorar o problema da saúde no nosso estado. A região estava, realmente, carente de um equipamento importante como esse.

Eu quero parabenizar a nossa secretária da Saúde, Roberta Santana. E, em sua pessoa, parabenizo toda a equipe da Sesab por esse esforço feito. Esse trabalho foi iniciado na gestão do nosso governador Rui Costa com o Hospital Regional Costa do Cacao, com as policlínicas. Já foram entregues 25 policlínicas em nosso estado. E o governador Jerônimo está trabalhando para ampliar, também, o número de policlínicas, a fim de dar continuidade à entrega de outros hospitais – como eu disse – para poder ajudar na assistência à saúde, na questão da alta e média complexidades.

Então, quero deixar registrado, Sr. Presidente, nos Anais desta Casa, a minha congratulação à secretária da Saúde e ao governador por essa importantíssima entrega...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que foi o Hospital Regional Costa das Baleias, lá, no município Teixeira de Freitas. Um investimento de mais de R\$ 200 milhões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder Rosenberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Em permuta, com a palavra o deputado Hilton Coelho.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. HILTON COELHO: Boa tarde a todos e todas.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Sr. Presidente, marco as presenças das servidoras e dos servidores públicos que estão ocupando as galerias. Desde cedo, eles estão, aqui, na Casa, Sr. Presidente, com uma expectativa muito grande. Nós temos, especialmente, o debate sobre a questão da correção das perdas do conjunto dos servidores públicos. Especial e principalmente, as galerias estão compostas de servidores das áreas da educação e saúde.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Esses são dois segmentos que não têm visto o seu piso e as suas carreiras respeitadas. Infelizmente, na área da saúde, a gente percebeu, inclusive, sobre o

discurso de implementação do piso com redução salarial da categoria. Do ponto de vista da educação, da mesma forma: segmentos amplos estão fora do que seria o mínimo e a carreira rasgada.

É nesse contexto que a categoria enxerga, com muita expectativa, uma espécie de reabertura da mesa de negociação que, com o governo anterior, parecia ter sido extinta.

As categorias de serviço público nutriram, no início do governo Jerônimo, a expectativa de que um debate sério sobre recomposição das perdas salariais seria feito. E esse debate sério precisa ter fundamento. As categorias têm fundamento. Pelos levantamentos feitos pelo Dieese, a média da perda salarial do conjunto das categorias, e dessas que tem mais expressão hoje nas nossas galerias, está em torno de 50%. A categoria da saúde está em 54,25%. A bandeira está dizendo, ali, para todos os deputados e deputadas!

Pasmem! Quando a mesa de negociação, deputado Hassan, se estabelece, o governo coloca uma proposta que, ao nosso ver, é inaceitável! A proposta é uma espécie de ilusão e de miragem de 4%. Eu não falo nem de 4%, porque, como o governo quer dividir o reajuste em duas vezes, na prática, pelos cálculos também do Dieese, nós vamos ter um reajuste, deputado Pancadinha, de apenas 2,6%.

Como se pode ter perdas acumuladas de cerca de mais de 50% e se oferecer, em uma mesa de negociação, 2,6% de aumento, presidente? Isso, para nós, é inaceitável! É um desrespeito ao interesse público e à nossa população, que precisam ter servidores que entendam que a sua dignidade está sendo minimamente respeitada.

Na esteira desse debate do conjunto de perdas, o Dieese, então, sinalizou, para as categorias, que a recomposição deveria ser feita com um piso inicial, um pontapé inicial de 10% de reajuste!

(As galerias se manifestam com palmas.)

As categorias não vão aceitar nada menos do que 10%, porque esse índice representa um quinto das perdas. Eu volto a dizer: não são os sindicalistas que estão falando isso! Não é o Psol quem está dizendo isso! Não são nem os técnicos do governo. É o Dieese! Por todos e todas, respeitado! Aliás, respeitado, historicamente, pelo governador; pelo governador que o antecedeu e pelo que o antecedeu também. Infelizmente, criaram essa trajetória de arrocho e de perda de poder aquisitivo e de uma situação de quase miserabilidade dos servidores e das servidoras públicas.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Então, um debate sério, franco, que queira recuperar o serviço público na Bahia precisa ser feito, reconhecendo dados. Dados que são construídos! Não vamos trabalhar com mistificações! Nós não podemos nem mistificar 4%, porque ele não vai acontecer!

(As galerias se manifestam com palmas.)

No último período, nós tivemos a inflação de 6%! Nós vamos ficar chamando isso de 4% de reajuste?!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Vêm 2% em setembro e sem retroatividade!

Então, o governo precisa reabrir a mesa de negociação.

Esta Casa precisa saber com o que está lidando! Esta Casa não está inocente!

Eu quero terminar dizendo o seguinte, Sr. Presidente. Daqui a pouco, nós vamos ter a discussão do projeto, deputado Pablo. Todas essas categorias, aqui presentes, não...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) vão entender a aprovação deste projeto com uma grandíssima, aliás, eles vão entender como um grandíssimo atropelamento, uma traição aos servidores, às servidoras e ao próprio povo da Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Portanto, eu quero concluir dizendo: governador Jerônimo, Maioria que está estabelecida nesta Casa, retire o projeto, abra uma mesa de negociação de verdade!

Ontem, houve uma sessão da chamada mesa de negociação e o governo veio com a mesma proposta, gente! O que é isso?! Será que se o povo da Bahia estivesse naquela mesa de negociação, deputado Rosemberg, ele aceitaria que o governo chamasse os servidores para dizer: “É a mesma coisa, não muda nada. São 2,6%!”.

Então, o governo precisa ter sensibilidade, retirar o projeto, reabrir a mesa de negociação, ter uma postura sincera e firme e dizer aos servidores e servidoras: “Nós não vamos criar o céu de brigadeiro. Aliás, nós não vamos completar o serviço – perdoem a expressão – corrigindo os 50% de perdas, mas nós vamos começar, sim, discutindo a partir dos 10%.”

(As galerias se manifestam.)

Essa nova chave tem de ser virada para a gente mudar a realidade do servidor e do serviço público na Bahia!

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Não vai ter arrego!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Hilton Coelho.

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Ou paga os 10%, ou não vai ter sossego!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado Samuel Junior.

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Ou paga os 10%, ou não vai ter sossego!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O deputado Samuel Junior permuta com o deputado Robinho. Com a palavra o deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, presidente Zé Raimundo. Boa tarde, servidores públicos presentes.

Aproveitando, aqui, as presenças de vocês, eu quero falar de um assunto muito interessante para todo servidor público baiano. Eu sempre tenho falado sobre o Planserv. Sei que é uma matéria que me parece um pouco... Já tem uns 2 meses que Socorro Brito, coordenadora-geral do Planserv, deixou bem claro que o Planserv não é um plano de saúde. Ela deixou bem claro isso: o Planserv não é um plano de saúde, é um plano assistencialista ou assistencial.

Agora, vou repetir o que eu falei na audiência com Manoel Vitória, na Comissão de Finanças, na auditoria de Manoel Vitória. Eu falei o seguinte: em 2005, foi criado o Planserv, onde o estado subsidiava esse plano que, para mim, é um plano. Eu acredito que todos vocês que aderem ao Planserv acreditam que estão aderindo a um plano de saúde. Então, lá, em 2005, o governador Paulo Souto deu um subsídio, ao Planserv, de 5%.

Depois, veio o governador Wagner que manteve esse subsídio de 5%. Depois do governador Wagner, veio o governador Rui Costa. Logo de início, ele tirou 1% de subsídio do Planserv. Então, 5% viraram 4%. Aí, logo em seguida, ele achou que estava pouco o subsídio de 4% e baixou para 2%.

Por isso, o Planserv não tem condição de manter a qualidade de atendimento em convênios com clínicas, hospitais e médicos. Por isso, o Planserv está sem nenhuma condição de atendimento ao plano de saúde de vocês, servidores públicos.

Então, eu aproveito a oportunidade das presenças de vocês...

(As galerias se manifestam com palmas.)

Quero repetir algo que a Bahia inteira sabe e conhece. Bom, eu vou falar aqui. O colega Vitor Bonfim se referiu a uma obra interessante e muito importante, não só para o Extremo Sul, mas para a Bahia. O governo inaugurou, ali, em Teixeira de Freitas, o Hospital Regional Costa das Baleias, um equipamento muito interessante, muito importante para a saúde não só da Bahia, mas para a saúde do Extremo Sul, região na qual resido.

Agora, eu não sei o que está acontecendo com o presidente Lula. Parece que ele tem prazer em ser ou estar desagradável. Ele estava, lá, numa festa, inaugurando uma obra de muita importância para o Extremo Sul. Aí, deputado Zé Raimundo, ele veio ressuscitar o prefeito que está com a administração mais ou menos. Aí, o prefeito resolveu não ir à inauguração. É um direito do político se ele entende que a ideologia política dele não combina com determinado grupo político. Ele entendeu de não ir.

Mas, aí, o presidente – o presidente do país – entendeu fazer dele a vítima. E existe, ali, em Teixeira de Freitas, uma cidade que é meio a meio, ou seja, metade, conservadora de direita; e o outro lado, de esquerda. E, aí, ele provocou, Zé Raimundo, a união dos conservadores. Aí, foi o voto “anti-Lula”, lá, em Teixeira de

Freitas. E eu acredito que, com isso, ele vai consagrar a eleição do prefeito, do médico Marcelo Belitardo.

Então, há um descontrole do presidente ao criticar os seus ministérios, criticar a sua equipe. A última catástrofe do presidente foi, lá, em São Paulo, numa festa do Dia do Trabalhador, uma festa histórica, tradicional do PT, quando ele criticou a sua equipe por não ter público ali.

O governador Jerônimo foi para Teixeira de Freitas, para a região, meu amigo Hilton, e ficou lá 5 dias mobilizando os prefeitos para não ter uma atitude vexatória. Aí, se fechou em um local que só cabiam 1.200 pessoas.

Então, eu quero dizer a todos vocês que as pesquisas estão incomodando muito o equilíbrio emocional do presidente “Lule”!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A cada pesquisa feita é mais uma descida que acontece.

Que o povo brasileiro possa ter uma conscientização! Que Deus possa ter misericórdia do povo brasileiro!

Um abraço a todos!

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra à nobre deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, caros colegas deputados, servidores que sempre se mobilizam nesta Casa, eu sempre gosto de exaltar o papel dos sindicatos que lutam. Aqui, eles são representados pelo Sindsaúde, pela APLB, pela CTB, pela Aceb, etc.

(As galerias se manifestam com palmas.)

A gente, que faz parte da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, sabe da responsabilidade da base do governador Jerônimo em fazer a interlocução para pagamento dos pisos, para os reajustes que são possíveis e, também, para ser um porta-voz dessas demandas que vocês têm.

Inclusive, estamos demandando, também, a existência de um aporte maior de recursos ao Planserv. Eu, como médica oftalmologista, sei da importância do plano de saúde do servidor e da importância de um aporte maior do nosso governo, a fim de salvaguardar esse que é um patrimônio dos servidores.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz é, também, falar do importante investimento no Hospital Regional Costa das Baleias, em Teixeira de Freitas. Esse hospital é um investimento de quase 200 milhões que pretende ser, deputado Hilton, o melhor hospital do interior, haja vista a quantidade de leitos. São 216 leitos, sendo 30 de UTI e 10 leitos de UTI pediátrica. É a primeira vez que a região do Extremo Sul tem UTI pediátrica. Também há serviço de oncologia para tratamento de câncer, serviço de hemodinâmica.

Isso faz parte da política de hierarquização da saúde e, também, da regionalização, que é levar saúde para os rincões da Bahia. Claro, a saúde é tripartite, ou seja, não pode ser feita, apenas, com investimentos estaduais. Então, é importante também fazer prevenção.

Eu quero elogiar as enfermeiras e os enfermeiros aqui presentes pela passagem do seu dia 12 de maio, Dia Internacional da Enfermagem. Ressalto o nosso respeito a essa categoria.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Não se faz saúde só com médicos, se faz saúde, sobretudo, com esses abnegados e abnegadas, as enfermeiras e os enfermeiros, os técnicos em enfermagem que são importantes e têm um papel reconhecido, haja vista o que fizeram na pandemia.

No Hospital Regional Costa das Baleias, nós temos a saúde regionalizada. Mas ressalte-se a importância do diálogo com as prefeituras para a prestação do serviço de atenção básica, atenção primária, atenção com as policlínicas, que têm oferecido consultas especializadas e, também, exames diferenciados para chegarmos aos hospitais de alta complexidade.

Então, eu quero parabenizar o nosso governador Jerônimo, deputado Hassan, V. Ex.^a que, também, é um defensor da saúde; a nossa secretária Roberta, que tem feito um trabalho excelente ao regionalizar a saúde; e todos os municípios do Extremo Sul.

Mas eu quero, aqui, falar, sobretudo vejo essas galerias cheias de mulheres, do importante acordo de cooperação técnica assinado, hoje, entre a Procuradoria Especial da Mulher – sou a procuradora titular junto com as deputadas Maria del Carmen, Cláudia Oliveira e Neusa Cadore – e a Secretaria da Segurança Pública, representada pelo secretário Marcelo Werner, deputado Rosemberg, e pela delegada-geral Heloísa e, também, pela diretora do Departamento de Proteção à Mulher, Cidadania e Pessoas Vulneráveis da Polícia Civil da Bahia, deputado Hilton.

Esse acordo de cooperação técnica permitirá uma troca de informações e de capacitação entre a Polícia Civil e a Procuradoria e, também, permitirá que a Procuradoria desta Casa preste atendimento psicológico, atendimento com assistente social, atendimento jurídico às mulheres vítimas de violência.

É importante que todas as pessoas conheçam esse serviço, porque nós sabemos que a pauta dos direitos da mulher é extensa. A pauta, deputado Pablo, V. Ex.^a preside a Comissão de Direitos Humanos, de enfrentamento à violência é uma pauta civilizatória. Nós precisamos que o Legislativo, operacionalmente, possa ajudar o Executivo e o Judiciário nessa pauta.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então eu quero agradecer ao deputado e presidente Adolfo Menezes e ao secretário Marcelo. Esse acordo de cooperação já é o terceiro que temos com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e, também, com a Defensoria Pública. É

muito importante no acolhimento a Procuradoria fazer parte da rede de proteção a mulheres vítimas de violência e trabalhar pela sua inclusão produtiva.

Então é um serviço que merece ser divulgado por todos e todas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para a gente poder acolher essas mulheres, proteger as mulheres e incluí-las no mundo do trabalho, porque as mulheres têm direito a uma cultura e a um mundo de paz.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado José de Arimateia, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa, professores, agentes de saúde e todos os presentes, quero dizer que o nosso partido Republicanos está solidário à causa de vocês, sempre. Só depende, aí, da sinalização do líder do Governo.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Mas, meu amigo presidente e deputado José Raimundo, eu venho a esta tribuna para relatar algo. Inclusive, eu fiz até questão de fazer essa anotação. (Lê) “Em nome dos cidadãos da Bahia, manifesto a minha profunda solidariedade às vítimas do trágico incidente no Rio Grande do Sul. Este evento nos lembra da grande necessidade de adotarmos medidas preventivas contra desastres ambientais, como a manutenção adequada de barragens.

O estado da Bahia, senhoras e senhores, é abençoado com uma vasta diversidade natural. Assim, exige o nosso zelo e respeito, como legisladores e cidadãos. É nosso dever salvaguardar esses recursos para as futuras gerações.

Recentemente, temos testemunhado um aumento de chuvas atípicas, o que reforça a urgência de implementarmos estratégias preventivas.

Entre março e dezembro de 2019, enquanto eu estava presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, nós conduzimos inspeções e avaliações das condições das barragens baianas. Com base nesses diagnósticos, entidades responsáveis, incluindo DNOCS, Cerb e Codevasf, foram notificadas por esta comissão. Esses órgãos receberam nossas análises, algumas já previamente conhecidas e medidas corretas foram adotadas.

Inicialmente, identificamos 13 barragens em risco. No entanto, após visitas e avaliações subsequentes, nós visitamos 15 barragens, ou seja, mais duas. Destacamos a barragem em Pedro Alexandre, cujo rompimento afetaria o município de Coronel João Sá, e a Barragem de Pinhões, em Juazeiro.

Durante esse período, houve progresso na manutenção para garantir a segurança das populações locais. Mas há a necessidade de acompanhamento contínuo.”

Por isso, Sr. Presidente, eu estou nesta tribuna até porque eu encaminhei este Ofício aqui, o Ofício nº 70.

(O deputado José de Arimateia mostra o documento.)

Eu encaminhei esse ofício à direção-geral responsável das barragens para eles tomarem as providências, Sr. Presidente. Encaminhei para Codevasf, encaminhei para o Inema, que são fiscalizadores.

Digo isso porque nós precisamos estar prevenidos, ou seja, os prefeitos de cada município da Bahia precisam fiscalizar as barragens próprias,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) as barragens particulares, que são chamadas açude. Uns chamam açude; outros chamam barragem.

O que tem acontecido? As barragens oficiais são de responsabilidade dos órgãos do estado e do governo federal, mas as barragens existentes nos municípios, como os açudes, precisam, também, estar sendo fiscalizadas.

O prefeito da cidade e as câmaras de vereadores precisam, realmente, tomar essa posição...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que, aqui, nós não possamos estar nesta tribuna dizendo ou relatando um trágico acidente nas barragens que arrombaram ou romperam e destruíram vidas, principalmente dos baianos.

Então, quero, aqui, deixar este alerta, mais uma vez, a exemplo do que nós passamos em Brumadinho e do que nós estamos vendo, agora, no Rio Grande do Sul, mesmo com as chuvas. Mas, no Rio Grande do Sul, houve o rompimento de uma barragem, o que aumentou, significativamente, o volume de águas.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de relatar e deixar, aqui, o aviso para as autoridades, não só para esta Casa, mas para o governo do estado, como também para UPB e para os prefeitos do estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado José de Arimateia.

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao deputado Marcinho Oliveira pelo tempo de 5 minutos. (Pausa)

Participantes das galerias: Não! Não! Não! Ou dá os 10%, ou não tem votação!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao Dr. Diego Castro.

Participantes das galerias: Não! Não! Não! Ou dá os 10%, ou não tem votação!

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos nesta Casa, *TV ALBA* que transmite esta sessão, nobres colegas, eu me solidarizo a todos os profissionais da saúde presentes. Ao pessoal da enfermagem, quero dizer a vocês que podem contar conosco. Da nossa parte, de minha parte, não só o pessoal da saúde, mas o funcionalismo em geral, está com o salário defasado há mais de 8 anos no estado da Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

É dessa forma que esse governo, que diz cuidar de gente, trata aqueles que cuidam de verdade de gente. É dessa forma! E não dá para dizer: “Ah, é porque o governo entrou agora.” Não, essa linha está há quase 20 anos. Mais um alerta a todos vocês: não continuem insistindo no erro de votar no PT.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Eu costumo dizer sempre: se o PT administrasse o deserto do Saara, nem areia sobriaria. É assim que esse partido faz por onde passa, o cenário que deixa é de terra arrasada, é de caos. Hoje temos uma das piores áreas de saúde do Brasil e não é por culpa de vocês profissionais, não é por culpa de vocês trabalhadores, mas é por culpa de um governo omissivo que não está nem aí para os seres humanos, para aqueles que dependem do sistema público de saúde. A fila da regulação é a fila da morte! Todos nós sabemos disso e, principalmente, aqueles que fazem a saúde de fato existir, que são os profissionais da saúde.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Esse é o retrato da administração pública dessa linha de governo que, aliás, de vida e de saúde está bem distante. Eu quero aproveitar para falar sobre o ponto que eu queria que é, mais uma vez, o projeto que está em andamento para ser votado – acredito que não hoje, mas tudo indica que sim –, o qual eu chamei de “Pacto pela Vida 2.0” e é chamado por eles de Bahia pela Paz, mas que é o “Bahia pela Morte”, “Bahia pela Guerra”. Como foi falado aqui, se o projeto for aprovado do jeito que está, estaremos ratificando mais uma peça publicitária de um governo que quer resolver os problemas do estado apenas com propaganda e não com ações efetivas.

Não sabemos quais serão os impactos financeiros desse projeto, não sabemos quais serão as áreas e de que forma essas áreas serão concretamente atendidas por ele. Há diversos outros problemas de uma linha que acha que pintar muro de base comunitária vai resolver o problema da segurança pública ou que pintar hospital vai resolver o problema da saúde.

(As galerias se manifestam com palmas.)

E o que a gente vê dentro do hospital? Os profissionais com salários atrasados, em sua grande maioria, sem a estrutura digna de trabalho, cuja remuneração é uma porcária. Essa é a verdade! E dessa forma quer que o estado prospere.

Fica aqui o meu repúdio a esse governo e minha solidariedade a todos vocês. Contem comigo.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Quero dizer mais. Hoje, eu vim falar também que realizamos uma audiência pública para tratar da violação de direitos humanos aos produtores no Extremo Sul da Bahia. Quando se fala em produtor, essa gente, que tem a visão ideologizada da esquerda, do PT, já coloca logo essa galera, melhor dizendo, esses trabalhadores em posição de opressor, porque a historinha é esta: opressor e oprimido, do velho Paulo Freire, que só serviu para dividir a sociedade. Mas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para concluir, presidente.

(...) quando olhamos na prática, quem de verdade está oprimindo são aqueles que sempre foram vistos como oprimidos.

O que a gente tem de extrato dessa audiência pública? Depoimentos, materiais bombásticos, declarações de violência, de crimes cometidos por falsos índios. Eu não posso chamar aquilo de índio, porque índio de verdade não tem cultura de portar metralhadora e nem de usar Hilux, como mostraram os materiais dessas pessoas que estão tendo casas incendiadas, propriedades invadidas, produção roubada. Hoje eu vi um senhor de 70 anos que tomou um tapa na cara de um suposto indígena e ainda saiu como o errado da história.

Parabenizo o Ministério Público que esteve na referida audiência e a Secretaria da Segurança Pública, na figura do secretário, que é um cara competente e que está muito longe dessa linha e eu não sei nem o que está fazendo nesse atual governo que tem uma índole de defender o errado, que tem uma índole de defender quem está do lado do atroz, do lado que oprime e que nunca está a serviço do trabalhador que verdadeiramente produz, leva emprego e renda, que faz a economia desta terra girar e, principalmente, aqueles que fazem a máquina pública andar, como, por exemplo, os servidores da saúde.

Muito obrigado, presidente.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Volto a convidar o deputado Marcinho Oliveira. Não utilizará a palavra?

(As galerias se manifestam.)

Sr.^{as} e Srs. Deputados, dos oradores inscritos, ainda resta a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

(As galerias se manifestam.)

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, em primeiro lugar, a gente tem de dizer: viva à democracia e à oportunidade dos homens e das mulheres se pronunciarem sempre a favor dos seus direitos.

Às vezes, eu fico admirada com os aplausos e as palmas para aqueles e aquelas que, ao invés de estar falando, lutando, buscando direitos, estiveram o

tempo todo aplaudindo e trazendo para cá sua opinião a favor do inelegível. Mas isso é a vida, é a democracia, é a luta. A gente que nasceu e cresceu no movimento sindical, na luta pela classe trabalhadora, nunca vai parar.

(As galerias se manifestam com vaias.)

Então, quero dizer aos deputados e às deputadas que hoje também quero registrar a alegria e a satisfação que tivemos na semana passada, quando o nosso governador foi na cidade de Fátima. Hoje, o nosso prefeito Binho de Alfredo se encontra em Brasília cumprindo a sua missão de buscar mais recursos em prol da melhoria do acesso ao município com as estradas vicinais, já que o nosso governador assinou o compromisso de elaborar o projeto para um trecho importantíssimo que faz a ligação entre os municípios de Heliópolis e Fátima.

A gente também protocolou na Secretaria de Infraestrutura do município uma solicitação para que o nosso governador também coloque asfalto para a melhoria daquela estrada, nos trechos que ligam o município de Antas, atravessam o município de Cícero Dantas e de Fátima, até chegar ao município de Adustina.

É dessa forma que o nosso governador usa o dinheiro público para melhorar as condições de vida do povo no Sertão, na capital, nas grandes cidades, na área rural, porque onde a gente vive, qualquer cidadão e cidadã precisa de melhores condições para trafegar, para levar os seus produtos para o mercado, para que o ônibus transporte os alunos para as escolas, para que também passe por ali, alguma vez, um carro que leve a saúde, a merenda escolar, que faça todo o desenvolvimento regional. Portanto, eu quero deixar esse registro.

Outro registro importante é que o nosso presidente Lula, com o olhar grandioso pelo sofrimento das pessoas que sofreram muito com as inundações no Rio Grande do Sul, hoje suspendeu o pagamento das dívidas do referido estado por 3 anos. Isso foi para dar um alento para que aquele estado cuide também daquelas pessoas que estão hoje sem casa, que perderam vidas, perderam parentes, famílias, filhos.

No Brasil, todos nós temos percebido a campanha de solidariedade, de fraternidade...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) com donativos. Isso não tem faltado ao nosso governador...

(As galerias se manifestam com vaias.)

(...) esse cuidado não tem faltado ao nosso presidente Lula, esse cuidado com as pessoas que estão sofrendo no estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, vamos à luta, temos um projeto para votar e daqui a pouco votaremos “sim”, a favor dos servidores públicos.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Fátima.

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo o tempo restante ao nobre líder Alan Sanches e questão de ordem para V. Ex.^a utilizar simultaneamente.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Ou paga os 10% ou não vai ter sossego!

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, quero saudar V. Ex.^a, os deputados, os servidores presentes e todos que estão nos acompanhando. Pelo adiantado do tempo, eu já vou solicitar a questão de ordem, como o fiz, para ter meus 5 minutos para contextualizá-la. Então, primeiro, para que vocês tenham conhecimento, nós, os 20 deputados da Oposição, apresentamos uma emenda solicitando o reajuste de 10%. A emenda é da Oposição.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Todos os deputados assinaram e estão de acordo, porque não achamos... Na verdade, tem um engodo aí, tem uma conversa de que são 4%. Eu não consegui perceber os 4%, eu só consigo perceber 2%.

(As galerias se manifestam.)

Porque a matemática é super clara, Hilton Coelho, a matemática é clara. Se você está dando 2% em maio, são 2%. A partir daí, se você vai dar 2% em setembro, os 4% só vão entrar em setembro. Então, hoje, o que esta Casa quer apreciar são 2%, eu não consigo ver os 4%. Então, a gente tem de deixar essas coisas claras.

Hoje, para que vocês tenham ciência e os deputados também, há acordo entre as duas bancadas. Primeiro, hoje deve ser votado o retorno do pedido de vista que solicitamos do projeto Bahia pela Paz, o qual deve ser apreciado hoje, destravando, assim, a pauta. Então, como não tem nenhum projeto que possa ser apreciado, precisava-se de um acordo e o único acordo que as duas bancadas fizeram, nesse momento, assinando a dispensa de todas as formalidades, foi quanto ao abono e que é um complemento dos precatórios. Nós fizemos o acordo para que todos recebessem logo os precatórios. Então, nós estamos de acordo para votar o abono. Fora isso, a Oposição não concorda com o reajuste de 2% agora e 2% em 1º de setembro.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Outra coisa que eu não entendi foi porque botaram dia 31 de agosto. Porque, na verdade, não é em agosto, é em setembro, o aumento vem em 1º de setembro. Então, para enganar e tentar dizer que foi em maio e em agosto, eles colocaram 31 de agosto. Eu acho que um governo que sempre foi, como o próprio partido diz, Partido dos Trabalhadores, na hora, pesa a mão. Vou ser sincero como sempre sou. Eu estava ali fora e umas servidoras da saúde chegaram para mim e disseram assim – olhe a pergunta da servidora, deputado Rosenberg –: “Por que ele é tão perverso assim com a gente?”, se referindo ao governador. Eu falei: “Porque vocês sempre, durante 18 anos, têm votado no governo do Partido dos Trabalhadores. Entendeu?”

(As galerias se manifestam com palmas.)

Quando as pessoas votam, por mais que o governo esteja ruim – porque eu acho que poderia ter avançado muito mais –, ele vai achar que está bem e que pode dar 2% agora e 2% em setembro.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Mas estaremos juntos com vocês, entrincheirados, lutando e brigando para que não seja aprovado 2% nem 4%. Estamos lutando pelos 10% para todas as categorias.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Para finalizar essa questão de ordem, Sr. Presidente, já que a gente vai começar a trabalhar, deputado Rosemberg, eu quero solicitar a verificação de quórum para a continuidade desta sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem ao líder Rosemberg Pinto.

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Ou paga os 10% ou não vai ter sossego!

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu gostaria de chamar a atenção dos servidores nas galerias. Vamos acompanhar os debates e ouvir o que os deputados têm a falar. Naturalmente, as galerias podem se manifestar de forma democrática, mas de preferência nos momentos em que as galerias apoiarem. No mais, ouvir as ideias e as teses dos deputados. O.k., gente? Para os trabalhos andarem com a maior rapidez possível.

Pois não, líder Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu só queria que esperasse a minha questão de ordem para marcar os 15 minutos, porque alguém já adiantou...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Eu solicito, portanto, à técnica que zere o painel...

O Sr. Rosemberg Pinto: Após aguardar os meus 5 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu não tinha solicitado ainda. E marque o tempo regimental para a continuidade da sessão. Portanto, 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, presidente, primeiro, eu pedi para fazer o contraditório. Depois disso é que vêm os 15 minutos, o.k.?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. V. Ex.^a então quer se manifestar.

O Sr. Rosemberg Pinto: Nos 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Corrigindo para a Mesa, então: após a questão de ordem do líder Rosemberg Pinto, a gente zera o painel e conta o tempo.

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O.k.?

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, líder Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, primeiro eu queria fazer um esclarecimento, porque eu vi nessa semana, nessa madrugada, uma manifestação com relação a uma possível votação de empréstimo na Casa, inclusive, a orientação do ex-prefeito de Salvador para que pudesse punir parlamentares que votassem a favor do empréstimo.

Primeiro, eu acho que essa interferência, na minha opinião, é algo que não está na modernidade da democracia. Eu acho que isso é algo do passado, quando se achava que as lideranças eram proprietárias de deputados, vereadores, prefeitos, governadores. Na minha opinião, esse tempo já passou e não há na Casa nenhuma proposição de empréstimo.

O que aconteceu foi que, em 2015, nós aprovamos nesta Casa um projeto de uma solicitação de empréstimo. Esse projeto de lei foi aprovado e foi transformado em lei, mas não foi concluída a operação de crédito. O governo do estado encaminhou para a Casa uma alteração dessa lei, mudando a destinação dessa possível operação financeira.

Então, primeiro, não há a solicitação de um novo empréstimo tramitando na Casa. Em 2015, nós aprovamos uma lei destinada para uma determinada finalidade e o governo, por meio do Projeto de Lei nº 25.293/2024, pede para alterar o parágrafo que diz onde seria utilizado esse recurso, a fim de que seja utilizado no programa de infraestrutura sustentável do estado da Bahia, que é o Bahia Sustentável. Então, é só para esclarecer e lamentar a forma, como eu vi na imprensa, da pressão de alguns pseudolíderes que querem tutelar os deputados da Casa Legislativa.

Outra questão que trago é que eu concordo com o deputado Alan. É verdade que nós fizemos apenas um acordo para votar o projeto do abono. Nós votamos os precatórios que estavam vinculados ao abono e, como a origem desses recursos são de fontes diferentes, então nós vamos ter de votar um projeto específico com relação ao abono. Quero aproveitar, presidente, já que nós vamos debater as questões e o projeto de lei que estão tramitando na Casa – e temos um tempo para isso – e já que o deputado Alan pediu uma verificação de quórum, eu quero pedir a todos os deputados e as deputadas que se façam presentes; àqueles que estão no cafezinho ou nos seus gabinetes, que se dirijam ao Plenário para que possamos atender à verificação de quórum do deputado Alan e, obviamente, iniciar o debate sobre os diversos temas que estão acontecendo na Casa.

Nós estamos sob a égide importante de uma gestão, mesmo que temporária, de uma mulher como governadora deste estado. No sábado, nós estivemos aqui para dar posse à Dr.^a Cynthia Resende como governadora em exercício, em substituição ao governador Jerônimo Rodrigues, que se encontra numa agenda internacional. Isso, na minha opinião, é um tema extremamente importante para que possamos debater nesta Casa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com relação ao empoderamento e à participação das mulheres nas estruturas de poder. Por isso que eu queria que V. Ex.^a marcasse os 15 minutos para que pudéssemos convidar os deputados e as deputadas a se fazerem presentes e atenderem à verificação de quórum solicitada pelo líder Alan.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder.

Portanto, a questão de ordem que a Mesa acata é no sentido de que a técnica zere o painel e marque 15 minutos, o tempo necessário para verificar o quórum para a continuidade da presente sessão. Por favor.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, nos 15 minutos eu queria me pronunciar porque vai abrir agora. Já abriu.

Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por favor, zerando o painel e marcando os 15 minutos. Agora sim. Pois não, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Primeiro, eu queria contraditar o deputado Rosemberg, porque ele se equivoca na leitura que faz do conteúdo de outro partido que não é o dele. Quando ele fala que ACM Neto fez isso e aquilo, ele se equivoca, ele não está faltando com a verdade, mas a interpretação dele está completamente equivocada. Vejam bem, nós fizemos uma reunião na bancada formada de deputados estaduais, deputados federais e prefeitos que estavam presentes, na qual se disse que, nesse momento, nós, da Assembleia, mesmo com a nossa votação contra, já liberamos R\$ 3,7 bilhões para o governo do estado.

E chega a esta Casa um reordenamento, digamos assim, já que o deputado Rosemberg não quer falar que é um empréstimo, de mais R\$ 2 bilhões. Nós chegaremos a R\$ 6 bilhões, em 1 ano e 4 meses do governo Jerônimo, sendo o governo que mais tomou empréstimo até agora.

Então, o nosso partido, o União Brasil, sob a liderança, sim, de ACM Neto e de Bruno Reis – também estava presente o prefeito Elinaldo –, decidiu unanimemente. Quando se toma uma decisão de colegiado dessa, a decisão da maioria, mesmo que não seja a sua opinião, passa a ser sua também. Assim é a democracia e o nosso partido agiu dessa forma nesse momento. Não foi uma decisão simples, pura, de cima para baixo, do nosso líder, maior líder da Oposição na Bahia, ACM Neto, não foi. Se equivoca quem acha isso. Mas ele, realmente, é o vice-presidente do partido, é a liderança do União Brasil aqui.

Então, juntamente com o presidente estadual, Paulo Azi, foi decidido um fechamento da questão para tentar, de alguma forma, chamar a atenção da população que, se esse empréstimo for aprovado para o governo Jerônimo, ele estará tomando e endividando a Bahia em R\$ 6 bilhões. R\$ 6 bilhões! Mas nós podemos falar que o Ceasa continua daquele jeito; nós podemos falar que ele só quer passar o reajuste de 2% agora e 2% em 1º de setembro; nós podemos falar diversas coisas. Então, não é dessa forma que o deputado Rosemberg tenta apresentar.

Então, a nossa bancada é contra e será contra. Vamos manter o nosso posicionamento contra essa tomada de empréstimo, contra esse endividamento do estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum. Assim, compareçam ao Plenário para registrar as presenças para que a sessão possa continuar.

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Ou paga os 10% ou não vai ter sossego!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputado Alan Sanches, favor marcar a presença.

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Ou paga os 10%, ou não vai ter sossego!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Alex da Piatã, Bobô, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Dr. Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Felipe Duarte, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimateia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Roberto, Pancadinha...

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Não vai ter arrego! Ou paga os 10%, ou não vai ter sossego!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Samuel Junior, Sandro Régis, Tiago Correia, Vitor Azevedo e Zó.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Restaurado o quórum.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o orador inscrito, o líder Rosemberg Pinto, pelo tempo de 25 minutos.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, visitantes, servidoras e servidores, na última segunda-feira, esta Casa foi palco de um evento extremamente importante para o estado da Bahia. Sob a direção da deputada Fátima Nunes e da governadora em exercício Dr.^a Cynthia Resende, se comemorou os 13 anos da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Deputada Fabíola, isso parece não ter importância já que, às vezes, não se

publiciza, mas essa secretaria é de uma relevância fenomenal, porque é nessa secretaria que se debate o que o estado apresenta como política de inclusão, de empoderamento, de fortalecimento e de perspectiva para que as mulheres possam disputar os espaços que lhes são caros por conta de uma formação ainda extremamente machista na sociedade brasileira e na sociedade baiana.

Então, quando o ex-governador Jaques Wagner cria, a partir do seu governo, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, ele dá uma demonstração de que nós precisamos dar uma modificação representativa no pensar da formação da sociedade brasileira e da sociedade baiana, na expectativa de que possamos cumprir um papel de luta real pela igualdade entre homens e mulheres na sociedade baiana e na sociedade brasileira. Não é uma luta específica das mulheres, tem de ser uma luta da sociedade, tem de ser uma luta global. Deputada Fabíola – a senhora estava aqui naquele dia –, eu fiquei extremamente encantado com as manifestações e a participação das mulheres que colocaram, de fato, o questionamento do ponto de vista da necessidade de o estado cumprir o seu papel de fomentador...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: V. Ex.^a me permite um aparte, deputado?

O Sr. ROSEMBERG PINTO: (...) dessa igualdade que é uma luta cotidiana de mulheres e de alguns homens para que se possa ter uma sociedade menos desigual.

Hoje, eu ouvi a entrevista da governadora Cynthia Resende num programa de rádio da cidade de Salvador, no qual ela diz que foi o fato mais importante para ela, que foi um fato extremamente significativo na vida dela e que aconteceu exatamente no momento em que ela assume esse papel de governadora do estado da Bahia.

Apenas quatro mulheres cumpriram essa tarefa de forma extremamente pequena, enxuta, do ponto de vista temporal, como governadoras de um estado como a Bahia. Nós precisamos, a partir de ações como essa, validar para que as mulheres e as meninas da sociedade – foi assim que ela falou hoje – se estimulem a lutar todos os dias pela participação das mulheres nas estruturas de poder da sociedade.

Então eu acho que isso é algo que nós precisamos divulgar. Nós precisamos estar todos os dias trabalhando essa movimentação que acontece nesta Casa Legislativa, onde as deputadas, independentemente da coloração partidária, são protagonistas da luta pelo empoderamento das mulheres.

Um aparte, deputada Fabíola.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Obrigada pelo aparte, líder Rosenberg.

É importantíssimo a gente lembrar também que o ato de posse da governadora em exercício, realizado pelo nosso governador Jerônimo, isto é, a transmissão de cargo, foi feita de forma emblemática, um ato extremamente simbólico, que fortaleceu a imagem da mulher que chega ao topo dos espaços de poder do seu estado.

No caso, a nossa desembargadora Cynthia Resende, já presidente de um Poder, do Tribunal de Justiça, recebeu a transmissão do cargo com a missão de não

apenas dar visibilidade à imagem da mulher, que pode estar onde ela quiser, mas também de trazer uma imagem de fortalecimento do próprio Judiciário. Porque, quando o Executivo faz essa transmissão de posse a uma desembargadora, está fortalecendo a imagem do Judiciário baiano, recentemente também atacado.

Eu tenho muito prazer de ser liderada por V. Ex.^a, que sobe a esta tribuna pela primeira vez, no Grande Expediente, para exaltar a importância da pauta das políticas públicas para as mulheres, para o enfrentamento da violência, que são pautas extremamente importantes para o nosso governo, para os nossos mandatos.

E eu quero aqui saudar todas as deputadas mulheres, saudar a deputada Soane, que preside a Comissão dos Direitos da Mulher, saudar a deputada Fátima, que fez, como V. Ex.^a mencionou, uma sessão especial...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) extremamente importante para saudar os 13 anos da Secretaria de Políticas para as Mulheres. E fez isso ressaltando os eixos estratégicos do empoderamento das mulheres, da geração de autonomia financeira das mulheres, porque muitas delas se tornam vítimas dos seus algozes, dos seus agressores, por não disporem de uma expectativa econômica de subsistência para elas e para seus filhos.

Também o tema da educação inclusiva, não machista, não sexista e a área da saúde, que vai tratar do acesso à saúde e direitos reprodutivos.

Então quero parabenizar a minha companheira deputada Fátima Nunes, que visibilizou os 13 anos da SPM. Aí, eu quero saudar as ex-secretárias, a primeira foi a secretária Lucinha, a segunda foi a atual deputada Olívia Santana, seguida depois por Julieta Palmeira e hoje é a secretária Elisângela, uma mulher do campo, uma mulher extremamente empoderada que conseguiu formar uma equipe para divulgar esse trabalho, que ela vem capilarizando para todos os municípios da Bahia.

E tem, com a Procuradoria Especial da Mulher desta Casa, o que eu falava mais cedo, deputado Rosemberg. Hoje escrevemos a história quando assinamos, com a presença do presidente da Assembleia, deputado Adolfo Menezes, do secretário da Segurança Pública, Marcelo Werner, e da delegada-geral da Polícia Civil, Heloísa Brito, um ato de cooperação entre uma estrutura desta Casa que serve para apoiar, para acolher mulheres em situação de violência, e o Executivo. Então veja que a parceria...

E aqui saúdo a deputada Ludmilla Fiscina, a deputada Soane, a deputada Olívia e a deputada Fátima. A parceria desta Casa, com suas estruturas formalmente organizadas, e a luta das mulheres baianas, com a defesa de políticas públicas, vai ao encontro desses 13 anos de existência da SPM, vai ao encontro dessas parcerias com o Executivo e com a sua fala neste Grande Expediente.

Sinto-me muito honrada por estar ouvindo o seu discurso porque a luta pelas mulheres não é uma luta só das mulheres, é preciso incluir os homens nessas lutas porque elas são civilizatórias. E tenho certeza... Quero saudar todos os deputados, lá estava o deputado Hassan, o deputado Raimundinho da JR e muitos deputados aqui que fazem projetos para mulheres, para melhorar a vida das mulheres.

Então, quero parabenizar V. Ex.^a por esse tema tão importante estar hoje no Grande Expediente.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Eu gostaria de incorporar as palavras da deputada Fabíola nesta fala do Grande Expediente.

Deputada Fabíola, para além dessa manifestação que aconteceu aqui, quero falar de ações que precisam ser visibilizadas do ponto de vista da participação das mulheres. Eu tenho acompanhado, como o Brasil inteiro está acompanhando, esse episódio das enchentes que estão acontecendo lá no Rio Grande do Sul, e a gente percebe a participação diária das mulheres na luta para o acolhimento daquela sociedade.

Desde pessoas de áreas específicas – das áreas de saúde, as médicas, enfermeiras, técnicas de enfermagem – aos voluntários, vê-se, principalmente, a participação feminina quando se cria um processo de acolhimento das vítimas daquela situação pela qual passa o estado do Rio Grande do Sul. São nas mulheres que se encontra essa maior condição de acolhimento para que a gente busque uma saída, deputada Ludmilla, para aquele quadro catastrófico em que o Brasil, todos os dias, sofre para buscar e tentar restabelecer a normalidade.

Então, essa pauta das mulheres que tem acontecido aqui na Assembleia Legislativa, deputado Sandro Régis, ela é uma pauta que precisa, realmente, estar mais atendida com a relação direta entre as ações desta Casa e as ações que acontecem na sociedade todos os dias.

Com a palavra a deputada Fátima.

A Sr.^a Fátima Nunes: Deputado Rosemberg Pinto, eu quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, saudá-lo como nosso líder da Bancada da Maioria aqui na Casa e dizer que, para mim, foi uma satisfação muito grande a convocação da sessão especial, que contou com a abertura, com a presença, do presidente desta Casa, o deputado Adolfo Menezes, com a presença da nossa governadora em exercício, a Dr.^a Cynthia Resende, e, claro, com a presença das demais secretárias, principalmente a secretária de Políticas para as Mulheres, porque era para ela e para a secretaria que nós estávamos celebrando os 13 anos.

Mas também contamos com as demais secretárias: a secretária Roberta Santana; a secretária da Educação, Rowenna Brito; a secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Fabya Reis; a secretária de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, Larissa Gomes Moraes; a superintendente Patrícia Pataxó; e a procuradora-geral do estado, Dr.^a Bárbara Camardelli, nome difícil danado.

Mas o importante é que todas elas, presentes aqui, viram este Plenário lotado, transbordando de mulheres que têm, na sua história, a luta social por garantia de direitos, pelo combate à violência, pela diminuição considerável da questão do patriarcalismo, em que só o homem manda, o machismo, e a luta social para ajudar a sociedade a entender que lugar de mulher é onde ela quiser, que não se pode, de jeito nenhum, conviver... Não existe democracia se existir violência contra as mulheres.

Então, aquele foi um dia para reanimar a nossa caminhada, a nossa luta pelo empoderamento das mulheres, para convidá-las a entender essa convivência e chamar muitas outras para participarem da política porque nós queremos mais mulheres no poder.

Muito obrigado pela sua presença. Ao celebrarmos, ao entregarmos as placas de homenagem às secretárias que estavam aqui presentes, eu fiz questão de convidar os deputados presentes porque entendemos que, para fazermos a sociedade do jeito que queremos, temos de ter a participação do homem e da mulher. A mulher avança porque passou um tempo recolhida por conta da cultura patriarcal, hoje nós temos avançado e precisamos avançar ainda mais nessa conquista dos direitos.

Muito obrigada, contamos sempre com a sua participação e votação nos projetos que estão aqui na Casa porque, em alguma hora, precisaremos votá-los, fazer uma chuva de votações dos projetos das mulheres.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Incorporo as palavras da deputada Fátima Nunes ao meu pronunciamento.

Com a palavra a deputada Soane Galvão, presidenta da Comissão dos Direitos da Mulher desta Casa Legislativa.

A Sr.^a Soane Galvão: Boa tarde, presidente, quero aqui saudar todos vocês da educação e da saúde presentes nas galerias, já prestando sempre meu apoio a todas as nossas lutas. Digo “nossa”, presidente e meu caro líder, porque a maioria que está presente nessas galerias é de mulheres.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Como a pauta aqui... Vivemos hoje um momento único por termos, neste estado, mais uma vez, uma governadora, ou seja, pela segunda vez, embora ela não tenha sido eleita, uma governadora mulher.

E eu não poderia deixar de falar desses avanços que temos alcançado nesta Casa, como a Procuradoria Especial da Mulher, como a sessão especial da mulher, iniciativas que vêm sempre enaltecendo a nossa força, a nossa luta contra as violências cometidas à mulher. Principalmente, enxergamos aqui nesta Casa que essa diferença de gênero ainda é muito grande, isso é, sim, também uma violência. Nós temos aqui 63 deputados, e, destes, só 10 mulheres nesta Casa, que fazem uma grande diferença.

Eu queria também agradecer ao nosso líder, o deputado Rosenberg...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e a Adolfo Menezes por estar levando esta Casa às localidades por meio de ação itinerante. Nós temos a pauta de levar a Assembleia a localidades em que há muita violência e que são de difícil acesso para que haja um entendimento de como integrar essa rede de defesa da mulher contra a violência.

Então, nós marcamos para o mês que vem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a primeira Assembleia itinerante em um município pequeno para pautar como combater a violência e os benefícios que esta Casa tem trazido com o trabalho

dos deputados e deputadas que apoiam a nossa luta em defesa da mulher contra todo tipo de violência.

Muito obrigada.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Eu incorporo as palavras da deputada Soane Galvão ao meu pronunciamento.

Deputada Soane, deputada Fabíola, deputadas Fátima, Ludmilla e Olívia Santana, todas as mulheres aqui, primeiro, ontem eu saí às 21 horas da Secretaria de Relações Institucionais, exatamente após discutir com o Sindsaúde sobre a necessidade de se abrir um debate constante sobre as pautas dessa categoria. E não só dessa, mas das diversas categorias, a partir de um novo olhar com relação aos servidores do estado da Bahia.

Ontem e na segunda-feira, quando eu saí daqui, eu tinha uma agenda com o desembargador Salomão Resedá. Conversamos bastante, deputada Fabíola, sobre uma fala da prefeita de Carinhanha, Chica do PT, uma fala forte, uma fala de quem pede ajuda para a proteção de mulheres, para a proteção de crianças, para a proteção de pessoas em vulnerabilidade, que sofrem, todos os dias, abusos dos mais diversos possíveis.

Eu propus a ele que nós fizéssemos, aqui na Casa, um debate, uma audiência pública para trazer esse tema, para que possamos abrir para a sociedade um debate mais cru, mais concreto, sobre essa temática, porque é lamentável vermos meninas sendo abusadas de uma forma extremamente cruel e, às vezes, isso é passado como normalidade.

Isso não pode ser a normalidade. Esta Casa Legislativa, as diversas instituições de proteção à sociedade têm de entender isso como uma anormalidade, nós temos de agir como se estivéssemos diante de uma situação de anormalidade. É isso que nós temos de assumir, é esse novo papel na sociedade.

Na semana retrasada, eu, usando aqui o Grande Expediente, falei de um debate público que nós estamos perdendo. Nós precisamos retomar, deputado Marcelino, um debate público sobre essa sociedade, não adianta ficarmos aqui agora disputando se é um lado ou se é outro lado.

Nós precisamos ir para a rua defender aquilo que é mais interessante, que é correto para uma sociedade moderna, protegida e de igualdade. É lógico que nós temos... vivenciamos, deputada Fabíola, 4 a 5 anos de uma tentativa de divisão da sociedade entre o bem e o mal ou, muitas vezes, a criação de um mal.

Às vezes, esse mal não está na cabeça da maioria da sociedade, mas se tentou dividir a sociedade nessa situação. Hoje nós temos a tarefa de unificar uma posição de fortalecimento da sociedade, empoderando todos os segmentos: jovens, adultos, mulheres, negros, brancos, pobres e ricos para que possamos gerar uma sociedade de sucesso.

Então, é com esse espírito que eu acho que nós precisamos começar a dar essa nova tônica ao debate na Casa Legislativa do estado da Bahia e trazer esse tema que se iniciou aqui, na segunda pela manhã, com relação à Secretaria de Políticas para as

Mulheres, ampliando-o para um debate... O desembargador Salomão Resedá me pediu que nós, juntos, tragamos para esta Casa... que criemos uma grande rede de proteção à nossa juventude, independentemente das dificuldades que vamos encontrar.

Vamos aproveitar este momento da construção do Bahia pela Paz, este momento do debate do empoderamento da parte vulnerável da sociedade, para que possamos encontrar, entre os nossos pensamentos, iguais ou diferentes caminhos para tentarmos construir uma sociedade moderna, respeitosa, humana, e que possamos nos sentir orgulhosos do papel que cumprimos a cada dia aqui na Casa.

Então, é com esse espírito que eu quero encerrar aqui e dizer, deputado Alan, que, quando citei aqui, foi sem nenhum interesse em interferir na decisão interna de nenhum partido. Quando eu me manifestei aqui foi porque eu entendi que estavam sendo criminalizadas posições de colegas na Assembleia sobre a possibilidade de um empréstimo que sequer existe, sequer está transitando aqui. Não tem nenhuma solicitação de empréstimo novo tramitando na Casa, o que existe aqui é apenas um redirecionamento de uma lei que nós aprovamos em 2015.

E, quando eu vi colegas sendo criminalizados ou punidos se votassem algo que sequer tramita na Casa, isso me chamou a atenção, deputado Hilton, independentemente de qualquer coloração partidária.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder Rosemberg Pinto.

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Não vai ter arrego! Ou paga os 10% ou não vai ter sossego!

(Não foi revisto pelo orador nem pelas aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já utilizando o Horário das Representações Partidárias, eu convido o deputado Hilton Coelho para utilizar o tempo de 2 minutos do Psol.

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Não vai ter arrego! Ou paga os 10% ou não vai ter sossego!

O Sr. HILTON COELHO: A voz do povo é a voz de Deus, não é? As mulheres estão ocupando as galerias, e justamente isso nos chama atenção. Existe todo um discurso do governo relacionado à questão de gênero, esta Casa fez uma grande atividade. Eu não pude participar no dia, deputada Fabíola, porque estava em um evento relacionado à nossa Defensoria Pública, que está também sem a garantia da paridade com o Judiciário e o Ministério Público, então nós comemoramos o Dia Nacional da Defensoria Pública com a expectativa de que o PLC nº 154/2023 venha à votação nesta Casa.

Mas nós percebemos que temos categorias aqui fortemente femininas, não é? E como é que vamos olhar essa trajetória toda de negação de direitos do ponto de

vista do gênero? Como vamos olhar o que vem sendo feito com a nossa saúde e com a nossa educação sem enxergar os sujeitos concretos?

(As galerias se manifestam com palmas.)

Ou seja, é a cara das mulheres no mundo do trabalho o que está colocado no serviço público na Bahia, e mais uma vez o governo não dá uma demonstração de que irá respeitar. A discussão que está acontecendo aqui nas negociações sobre a possibilidade de se trazer esse projeto...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Só para concluir, Sr. Presidente.

(...) esse projeto de reajuste de 2% mais 2% ou de 2% mais 0,6%. Porque é melhor a gente dizer assim: 2% mais 0,6%. A votação vai ser também uma derrota de gênero desta Casa.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Mais uma vez, o governo vai dar as sinalizações de que faz um debate geral muito bonito, mas, na hora de tirar a decorrência prática, dá as costas para as mulheres.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Então eu quero, mais uma vez, apelar para a sensibilidade do governo, que retire o projeto. Vamos fazer uma mesa de negociação séria, começando a discussão pelos 10%...

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado. Obrigado.

O Sr. HILTON COELHO: Nada menos que 10% para reajustar a remuneração das categorias do serviço público...

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado!

O Sr. HILTON COELHO: (...) e fazer justiça histórica, inclusive do ponto de vista de gênero.

Participantes das galerias: Hilton! Hilton! Hilton! Hilton!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Horário...

Participantes das galerias: Hilton! Hilton! Hilton! Hilton!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) das Lideranças Partidárias. Eu concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 13 minutos.

Participantes das galerias: Mulheres na rua; governo, a culpa é sua!

O Sr. Rosemberg Pinto: Por todo o tempo, falará o deputado Robinson Almeida.

Participantes das galerias: Mulheres na rua; governo, a culpa é sua!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida pelo tempo de 13 minutos... 13 minutos...

Participantes das galerias: Mulheres na rua; governo, a culpa é sua! Mulheres na rua; governo, a culpa é sua! Servidoras na rua; governo, a culpa é sua...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Participantes das galerias: (...) Servidoras na rua; governo, a culpa é sua! Servidoras na rua; governo, a culpa é sua! Servidoras na rua; governo, a culpa é sua! Servidoras na rua; governo, a culpa é sua! Servidoras na rua; governo, a culpa é sua...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção, atenção, galerias, vamos dar continuidade aos trabalhos!

Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Qual o meu tempo, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Agora, sim, marcando o tempo de 13 minutos...

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Quantos?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): São 13 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Bom número, Sr. Presidente. Adorei.

Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, profissionais da imprensa, membros das galerias que nos acompanham na sessão de hoje à tarde, todos que me acompanham pelos canais de comunicação da Casa.

Primeiro, eu quero informar que hoje, pela manhã, nós fizemos uma concorrida audiência pública na Comissão de Infraestrutura para discutir os gargalos do desenvolvimento econômico da Bahia devido à ausência de oferta de energia elétrica. Na Mesa, estavam presentes a empresa concessionária, o grupo Neoenergia, e as representações do governo do estado, do setor produtivo e do Sindicato dos Eletricistas da Bahia, dos trabalhadores ativos e aposentados.

Como todos nós sabemos, a Coelba tem sido a campeã de reclamações no Procon nos últimos 2 anos, foi assim em 2023, em 2022 e em 2021. A Coelba presta um péssimo serviço à Bahia, e isso tem sido retratado na insatisfação dos consumidores.

Agora, que faltam apenas 3 anos e 3 meses para encerrar o contrato de concessão, ela anuncia um investimento de mais de R\$ 13 bilhões para recuperar o prejuízo pela ausência de planejamento, pela ausência de ações concretas, o que deixou a Bahia em uma completa insegurança energética.

Esse é o estado em que nós vivemos: insegurança energética para os consumidores finais, que têm interrupção frequente do serviço, que têm demora na retomada da energia, causando prejuízos como a perda de aparelhos eletrodomésticos, problemas em relação ao funcionamento de equipamentos públicos e privados, elevadores que não funcionam etc.

Salvador, em pleno Carnaval, ficou 2 horas sem energia elétrica na Barra, o Brasil todo viu aquele apagão. Há também as situações aqui, da própria região central da cidade, do Comércio, onde fica a sede da prefeitura, que ficou durante 3 dias sem energia. Eu posso citar aqui que todos os bairros de Salvador, todos os municípios do estado, todo o território baiano convivem com essa falência dos serviços da Coelba.

E ela veio anunciar agora, aos 45 do segundo tempo, faltando 3 anos para acabar sua concessão, que vai investir R\$ 13 bilhões. Então, ela já começa com a desconfiança de todos nós.

Por que não fez em 27 anos, e vem fazer nos últimos 3 anos, quando a região de Irecê reclama novas subestações, novas linhas de transmissão, novos transformadores para atender à demanda reprimida do agronegócio, do setor do comércio e de serviços, quando o Oeste baiano e a fronteira do Matopiba reclamam investimentos de linhas de subtransmissão para que a energia seja ofertada e o desenvolvimento chegue àquela região?

Como se queixam em todo o litoral da Bahia, o litoral norte, Praia do Forte, Guarajuba, passando por Salvador, por Morro de São Paulo, passando pela Baía de Camamu, por Maraú, Ilhéus, Itabuna, indo até Porto Seguro, toda essa rede de infraestrutura do turismo, os hotéis, as pousadas, os bares e os restaurantes não têm energia elétrica suficiente e têm de alugar geradores por todo o período de alta estação.

Essa é a situação de insegurança energética que toda a Bahia está vivendo nesse período. E a Coelba fica dizendo que vai fazer investimentos, que apresentou um cronograma hoje para os próximos 3 anos, mas ninguém que estava na audiência conseguiu se sensibilizar com os argumentos dessa empresa.

E olhe o agravante, Sr. Presidente, o contrato de concessão hoje existente permite que, faltando 3 anos para o vencimento do contrato, ou seja, em agosto de 2024, daqui a 4 meses, a Coelba peça a sua renovação automática por mais 30 anos. Por mais 30 anos.

E, para tanto, o Ministério de Minas e Energia, que é o poder concedente da União, e a Aneel, que é a agência reguladora, não precisam nem avaliar o pedido. Com o silêncio do poder concedente, o contrato reza que se dá automaticamente a sua renovação. Faltando 1 ano e meio para o encerramento do contrato, se não tiver nenhuma manifestação do poder concedente, automaticamente a Coelba terá mais 30 anos de concessão. Olhe que absurdo!

Há uma corrente, à qual eu me integro, que discute se esse serviço poderia ser um monopólio privado, se esse serviço não deveria ser novamente estatizado. Em vários países do mundo, o que é moderno hoje, o que é contemporâneo hoje, é que o Estado preste diretamente esse serviço.

Hoje nós assistimos a uma calamidade no Rio Grande do Sul. Eu quero saber qual foi o ente privado, qual foi a empresa, qual foi o banco que liberou algum tipo de investimento ou de apoio, ajuda ou solidariedade para o povo gaúcho? Quem fez isso foi o Estado brasileiro, sob a liderança do presidente Lula, que está construindo

um conjunto de políticas e programas para subsidiar e fortalecer a ação do estado gaúcho neste momento de crise.

Então, para aqueles que negam o Estado, é nessas calamidades, como foi a da pandemia da covid-19, que a gente vê a importância do SUS, do Sistema Único de Saúde, para salvar as vidas dos brasileiros.

Então, eu sou defensor de que a gente faça um amplo debate: se esse monopólio tem de continuar privado ou se a Coelba deve ser, assim como a Embasa, uma empresa pública estatal para prestar um serviço de interesse público e não visar o lucro, que é o objetivo do grupo Iberdrola, que a cada ano bate recorde de lucratividade no Brasil.

No último ano, foram quase R\$ 2 bilhões de lucro só com a concessão da Neoenergia, da Coelba, aqui na Bahia, totalizando R\$ 5 bilhões em todo o Brasil. Essa foi a performance do grupo Neoenergia.

Nós vamos continuar na Comissão de Infraestrutura com essa agenda, com essa pauta. Já marcamos uma nova audiência pública para discutir o Luz para Todos, porque existem cerca de 60 mil famílias, 60 mil novas ligações que estão pendentes, e nós queremos que a Coelba as execute, além de levar a oferta de energia na modalidade bifásica e trifásica.

Vários investimentos da agricultura familiar não podem ser viabilizados porque a forma de energia monofásica não possibilita a potência necessária para rodar máquinas e pequenas indústrias. É necessário que a Coelba mude a oferta de energia, que deve passar a ter as tensões bifásica e trifásica como predominantes no campo também.

Então, Sr. Presidente, além dessa audiência pública, vamos fazer mais duas, uma para discutir a continuidade ou não desse monopólio e outra para continuar fazendo a fiscalização desse plano de investimentos anunciado. São cerca de 20 novas subestações, 40 ampliações e 4 mil quilômetros de rede de distribuição. E nós estamos perguntando: o mercado, a indústria terá condições de fornecer esses equipamentos num espaço de tempo tão curto, deputada Maria del Carmen? Quem vai fabricar os transformadores para essas subestações? Quem vai fabricar as linhas de transmissões necessárias?

Então, o que não foi feito em 30 não será feito em 3. Essa é a dúvida que continua para todos. Por isso, nós marcamos mais duas audiências públicas para o segundo semestre, para poder continuar fiscalizando a ação da Coelba.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu também fui surpreendido por umas declarações do ex-prefeito de Salvador, candidato derrotado nas últimas eleições pelo governador Jerônimo Rodrigues. Ele afirmou que o governador Jerônimo inicia o seu mandato com a performance inferior ao governador Jaques Wagner e ao governador Rui Costa. Olha, o que me parece é que aquela pessoa que nunca trabalhou na vida, que nunca ralou para ter nada, que tudo teve por herança: o patrimônio bilionário da família, as televisões, as concessões de rádio, a herança política, os votos, o poder, não se acostumou a ter derrotas na vida.

Todos nós já passamos por dificuldades, enfrentamos problemas, saímos vitoriosos, saímos derrotados, mas demos a volta por cima. E a dor de cotovelo do ex-prefeito de Salvador é interminável, não acaba nunca o ciúme dele por ter perdido para o filho do vaqueiro, para o filho da professora. E é uma dor que não sai do fundo da sua alma. Ele, que autodeterminou que, como herança, seria o próximo governador da Bahia, que se preparou a vida toda para esse desiderato do destino, não se conforma com a realidade, que o povo da Bahia escolheu um filho do seu povo para governar o nosso estado. E ele já se sentia na cadeira de governador, em que nunca sentou, e, se depender da minha vontade e da decisão do povo baiano, nunca sentará, porque ele não consegue compreender o funcionamento da democracia.

Na noite anterior, ele ameaçou os deputados do seu partido com retaliação se votassem a favor de empréstimo do governo. E quem disse isso não fui eu, não, quem disse foi o deputado federal Elmar Nascimento. Elmar Nascimento, do União Brasil, deputado que é candidato à presidência da Câmara dos Deputados pelo partido do próprio ex-prefeito de Salvador. Vejam que é novo na idade, mas é velho nos métodos, os métodos do avô, da intimidação, o método do cala a boca, o método do sim, senhor.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Peço respeito às galerias, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Um momento, Robinson.

Atenção! Senhores e senhoras nas galerias, por favor! Atenção! Os presentes nas galerias, por favor, vamos respeitar o orador. Vamos respeitar o orador.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, para lembrar à memória do ex-prefeito de Salvador, qual foi o governador que inaugurou mais hospitais na Bahia em apenas 1 ano e 4 meses? O Hospital Ortopédico, o maior do Brasil, o Hospital 2 de Julho, no Espanhol, e agora o Hospital de Teixeira de Freitas, na Costa do Cacaú. Foram 200 milhões em investimentos! Foram 200 milhões em investimentos!

(As galerias se manifestam gritando: “Concurso público!”)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção, senhores e senhoras nas galerias! Atenção, vamos seguir o Regimento da Casa, vamos seguir o Regimento da Casa! O deputado, usando da palavra, está no seu pleno direito de representar o seu mandato. Então, os presentes nas galerias podem se manifestar oportunamente, mas respeitando os nossos oradores.

Por favor, para concluir, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Quero que seja restabelecido o meu tempo, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu quero perguntar qual foi o governador que mais inaugurou escolas de tempo integral em 1 ano e 4 meses? São 50 escolas de tempo integral, e escolas de primeiro mundo, escolas com laboratório, com biblioteca, com piscina, com quadra coberta, com campo *society*, com auditório, para melhorar a qualidade

de ensino na Bahia. Qual foi o governador que trouxe a maior fábrica, o maior fabricante de carros elétricos do mundo, que é a BYD, para a Bahia? Conquista do governador Jerônimo Rodrigues.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ou seja, em 1 ano e 4 meses o governador Jerônimo Rodrigues já fez mais do que o ex-prefeito de Salvador durante toda a sua vida pública! Durante toda a sua vida pública! Porque ele não tem o que entregar.

(As galerias se manifestam com vaias.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: É óbvio que ele deixa aí viúvos e viúvas, e algumas delas se pronunciarão nesta tarde neste Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Robinson Almeida.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem... Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto. Pois não.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, a minha questão de ordem vai no sentido de, exatamente, dar um ordenamento às manifestações dos parlamentares, independentemente de qualquer coloração partidária ou de qualquer posicionamento, para que a gente possa, inclusive, interpretar as falas, e a gente possa, obviamente, ter um debate maduro aqui, no Plenário da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

Não há, portanto, questão de ordem.

Seguindo o Horário das Lideranças Partidárias, eu convoco a representação... o nobre líder da Minoria ou o líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Eu falarei por 5 minutos; nos outros 5 minutos, o deputado Samuel Junior.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes) Pois não! São 5 minutos para o deputado Alan Sanches e 5 minutos para o deputado Samuel Junior.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes) Com a palavra o deputado Alan Sanches, por 5 minutos. Depois, por 5 minutos, o deputado Samuel Junior.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados e deputadas, eu acho que esta Casa está fugindo do tema. Eu acho que o tema hoje era o servidor.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Agora, meu amigo deputado Robinson Almeida, que é um querido, eu acho que ele está com um problema sentimental. Ele tem uma paixão recolhida por ACM Neto e por Bruno Reis. Quando ele quer falar de Salvador, ele fala de Bruno Reis ou de ACM Neto. Ele tinha de trazer outros temas, ele tinha de dizer aqui que ele apoia

o reajuste de apenas 2% agora em maio. Era isso que Robinson Almeida, líder do PT, tinha de fazer, Robinson. Não ficar aqui se intrometendo nas decisões partidárias.

(As galerias se manifestam com palmas.)

E dizer para onde está indo esse recurso, para onde ele está levando R\$ 6 bilhões. Mas Robinson, como um bom cabrito – e o bom cabrito não berra –, não pode questionar o governo do estado. Robinson que foi secretário de Comunicação não pode chegar aqui a esta tribuna... O que ele deveria fazer é dizer: “Nós precisamos defender o servidor público.”

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Robinson levanta aqui um tema que, às vezes, parece que desconhece. A regulação é terrível, a regulação é o pior sentimento da nossa sociedade com o governo do estado. Quando fala em Hospital Ortopédico, deputada Fabíola, deveria ter vergonha pelo que está acontecendo. As denúncias que eu recebi sobre o mau funcionamento – eu vou passar no momento certo para V. Ex.^{as} – são estarrecedoras! Deveria ter vergonha por querer exaltar um elefante branco.

Eu gostaria muito, deputado Rosemberg, de que o Hospital Ortopédico estivesse funcionando a contento, mas não está. Em vez de nós estarmos melhorando a qualidade de vida, tanto dos servidores como da nossa população, ele fica querendo aqui falar de ACM Neto. Vá procurar o que fazer, Robinson! Digo isso porque não concordo com o que foi trazido aqui pelo deputado Robinson Almeida, por quem tenho muito carinho, respeito e amizade. Mas ele se equivoca, ele se equivoca quando precisava era olhar para os avanços que Salvador teve. Nós estamos já com três hospitais municipais pela primeira vez na história de Salvador, depois de 475 anos.

Deputado Robinson, para que V. Ex.^a tenha conhecimento, agora em junho, deveremos inaugurar em Salvador – para fazer o que o PT não está fazendo, o dever de casa – o hospital, deputada Fabíola, que era o antigo Sagrada Família, mas terá outra nomenclatura, Família Sagrada, com aproximadamente 140 leitos. Nós temos o hospital maternidade, que também será hospital infantil, no antigo Hospital Salvador, que será entregue, acredito, no final do ano, ainda na gestão Bruno Reis. E temos ainda outros hospitais.

Está-me falhando a memória. Tem mais um aqui, o hospital municipal, que já funciona, e já teve, inclusive, a ampliação do seu atendimento que hoje resolve. Não faz como a Secretaria da Saúde do estado tem feito. Quando um paciente, amigos e amigas, precisou de um exame de hemodinâmica, porque é uma angiografia cerebral, ela pegou o paciente do hospital municipal, colocou numa ambulância e mandou fazer um exame desse em Vitória da Conquista. Um absurdo! Eu queria saber: se fosse um parente da secretária, um parente do governador, se botaria um paciente dessa magnitude para viajar numa ambulância por 550 quilômetros até Vitória da Conquista, quando poderia ter pagado, já que ele não tinha condição de fazer aqui em Salvador, porque o aparelho deveria estar com algum problema mecânico, financeiro, não sei, ele poderia ter comprado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aquele exame em qualquer rede particular e tê-lo realizado. Mas essa é a forma como o governo do PT tem feito, essa é a forma que o governo dos trabalhadores quer para a nossa Bahia.

Por isso que vamos ser contrários. Apresentamos a nossa emenda e só votaremos pelos 10% de reajuste para os servidores. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder Alan Sanches.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputado Samuel Junior.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, demais colegas deputados e deputadas, saudar a todos os funcionários. Não vai ter sossego enquanto não der os 10%. Vocês podem contar com a Bancada da Oposição, que é representada aqui pelo nosso líder Alan, que acabou de falar.

Mas subo à tribuna no dia de hoje, presidente, para falar sobre um inquérito que o ministro Fux autorizou, meu deputado Marcinho, contra o deputado Nikolas. Eu não quero ser advogado de Nikolas, até porque ele não precisa de advogado.

O art. 53 da nossa Constituição diz que deputado estadual, deputado federal e senador são livres nos seus pensamentos, nas suas palavras e nos seus votos. E, pasmem os senhores, o deputado Nikolas teve um inquérito aberto, deputado Leandro, porque chamou Lula de ladrão. Mas quando a gente volta a um passado bem próximo, a deputada Gleisi, presidente do Partido dos Trabalhadores, chamou o atual presidente da República de assassino. O atual presidente Lula, na época da campanha, também chamou de assassino o presidente na época. Aí, pasmem! Quando eu digo aqui que nós estamos vivendo a ditadura da toga é exatamente porque, para uns, a Justiça faz tudo, para outros, não pode nada.

V. Ex.^a, meu caro presidente Zé Raimundo, que é uma pessoa estudiosa, muito estudioso tanto da Bíblia quanto, também, da Igreja Católica... Existem vários santos na Igreja Católica – e eu respeito todos eles, eu sempre digo que eu preciso respeitar todas as crenças porque gosto também de que respeitem a minha crença, minha cara deputada – um santo chamado São Dimas. E quando se vai ver exatamente a história, deputada Fabíola, de São Dimas, São Dimas era um ladrão, que depois foi canonizado e reconhecido pela Igreja Católica.

Eu não estou fazendo crítica a São Dimas. Agora, observe que está bem explícito que ele era ladrão. Agora, uma pessoa que foi presa, condenada, nós não podemos chamar de ladrão! Recentemente aqui... em nosso estado, há um que hoje também não se pode nem dizer que foi ladrão, deputado Rosenberg. Um repórter fez uma crítica, dizendo que ele era ladrão, porque foram achados em uma das suas residências mais de R\$ 50 milhões, naquela época. E o repórter, porque disse, deputado Luciano, que ele era ladrão, teve que fazer uma retratação pública. Volto a dizer, nós estamos vivendo uma ditadura da toga.

Fico muito preocupado com o fato, deputado Leandro, que aconteceu agora no estado do Ceará, onde um vereador foi brutalmente assassinado com mais de 50 tiros na porta de sua casa, um vereador do PL. E o único defeito até hoje que apresentam desse cidadão é que era oposição ao prefeito, que é do PT. Não estou aqui acusando o prefeito, até porque não tenho como provar, mas o único defeito, até o dia de hoje, desse vereador era que era oposição ao prefeito do PT naquela cidade.

E nós estamos calados?

Outrora aqui os partidos de esquerda, em especial... E eu quero falar ao meu colega Hilton Coelho, por quem tenho muito carinho e respeito pelas suas lutas, mas, deputado Hilton Coelho, V. Ex.^a sempre cobrou quem mandou matar Marielle. Eu gostaria de que perguntasse agora, tanto o senhor quanto os outros deputados também, quem foi que mandou matar esse vereador, com mais de 50 tiros na porta de sua casa. Um vereador que estava no exercício das suas atividades. E volto a dizer que o único defeito, até o presente momento, desse vereador era que ele era oposição ao PT naquela cidade do Ceará. Não achando pouco, matou também o suplente de deputado, que estava como pré-candidato a vereador, também por ser oposição ao PT.

Será, meu caro deputado Matheus, que essa é a forma de se trabalhar? Será que essa é forma de nós estarmos defendendo, de fato, a democracia? E fica a nossa pergunta. E fica também a minha cobrança para a gente que perguntava quem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mandou matar Marielle. Hoje, a gente pergunta, exatamente, quem mandou matar esse vereador que estava representando aquela linda cidade lá do Ceará.

Que Deus tenha misericórdia do nosso Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Samuel Junior.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota/PSC/Avante para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Por todo o tempo, falará a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por 10 minutos, a nobre deputada Fabíola Mansur, por favor.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, nobres deputados, e deputadas, e servidores.

Logicamente, nós, deputados da Base do Governo, tivemos inúmeras reuniões em que pautamos a remuneração dos servidores e as possibilidades, deputada Maria

del Carmen, não apenas de reposição da inflação como também de valorização através de uma remuneração maior e de um reajuste maior.

É importante que a gente tenha aqui a clareza e tenha a dignidade de dizer, deputado Hilton, que os deputados desta Casa, todos eles, valorizam e respeitam os servidores, mas que, efetivamente, nós tentamos, através de negociação, que essas remunerações, esses aumentos fossem maiores. Todos, todos os deputados da base aqui defendemos piso da enfermagem. Já fizemos audiências sobre isso e também conseguimos que as mesas de negociação fossem abertas, mesa de negociação permanente para pautar, especificamente, a progressão da carreira e algumas especificidades.

Então, a gente está em permanente tentativa. E sabem que eu, como militante do SUS e deputada desta Casa, tenho uma relação, uma boa relação com os servidores. Mas é importante que a gente diga isso, deputado Matheus, que a gente vive em constante tentativa de melhorar aqueles projetos que vêm para esta Casa e é o que efetivamente a gente faz.

E hoje, na questão dos professores, fizemos a tentativa da gente votar o abono e também o Bahia pela Paz. Isso é fruto de negociação. O que a gente diz é que vocês nos mobilizam, os sindicatos nos mobilizam. E eu quero aqui, respeitando o trabalho dos sindicatos, dizer que essa mobilização de vocês é extremamente importante para pautar esta Casa e, efetivamente, conseguir melhorias nos projetos que para cá vieram, tanto nos que dizem respeito aos servidores da educação e da saúde, como também no que diz respeito à Defensoria, deputado Hilton. Não pude estar presente à sua audiência pública em função de estar chocando o horário com a audiência pública da SPM, mas, muitas vezes, a gente subiu a esta tribuna para também defender a valorização dos defensores.

Como profissional da saúde, eu preciso falar daqueles equipamentos que os nossos governos progressistas construíram. Nos últimos anos, nos últimos 16 anos, deputado Rosemberg, nos governos Wagner, Rui e Jerônimo, foram 24 hospitais construídos.

(As galerias se manifestam: “Sem concurso público!”)

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Verdade! Nós defendemos o concurso público. Mas não podemos negar que foram 24 hospitais públicos entregues, deputado Eduardo Alencar. Nas gestões passadas, nós tivemos apenas 1 hospital, que foi o HGE. Nós tivemos 26 policlínicas de saúde, que fazem para a população exames e consultas especializadas. Na área da Ortopedia, um dos principais gargalos do nosso estado, deputado Júnior, foi criado o maior hospital ortopédico, quiçá do país.

Eu quero aqui contrapor, contrapor. Se vocês respeitarem a nossa fala, assim como a gente respeita a categoria, eu gostaria de agradecer...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção. Por favor, deputada, um momentinho. Olha, gente, a sessão está transcorrendo de forma tranquila; também os senhores e as senhoras estão nas galerias se manifestando. Vamos manter esse clima e ouvir os deputados e as deputadas, até pela questão regimental.

Não é bom que a Mesa tenha de utilizar qualquer expediente que não seja esse de ouvir vocês, de debater.

Vamos ouvir os nossos deputados e deputadas. Na hora em que V.^{as} quiserem, se manifestem com aplauso ou silêncio. Por favor, vamos tocar os trabalhos de forma civilizada e educada.

Por favor, nobre deputada Dr.^a Fabíola Mansur, continue.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Obrigada.

É importante. A gente aceita a crítica, a gente aceita o aplauso, faz parte da nossa vida política.

Mas é importante a gente também falar do Hospital Ortopédico, porque é um hospital que hoje já tem 100% de taxa de ocupação, deputado Euclides; é um hospital que faz três vezes mais cirurgias ortopédicas do que o Manuel Victorino; é um hospital que a comissão, deputado Alex da Piatã, que esteve lá, no Hospital Ortopédico – não pude me fazer presente –, inúmeras vezes convidou, inclusive, os deputados da Oposição, e os servidores também, para irem visitar.

Não é possível que a gente não possa validar um gargalo, que eram as cirurgias ortopédicas, no início da sua atuação, que é a de fazer cirurgias no hospital 100% pelo SUS, também fazer educação, fazer pesquisa. Não é possível que a gente não possa aqui valorizar essas iniciativas.

Então, eu respeito demais V. Ex.^a deputado Alan Sanches. Nós somos parceiros, colegas médicos, mas eu acho que a gente poderia ir ao hospital. Eu quero conhecer essas denúncias estarrecedoras, queria que V. Ex.^a nos enviasse, enviasse à Comissão de Saúde.

Eu falava aqui há pouco: são três vezes mais cirurgias do que no Hospital Manoel Victorino, 100% de taxa de ocupação. Só nesta semana, foram feitas 500 cirurgias, assim informou a Secretaria da Saúde.

Eu quero falar um pouco da Central de Regulação. A Central de Regulação não é o vilão *per si*. Antes da Central de Regulação, havia “aquele que indica”, isto é, a gente não tinha uma fila democrática. Aqueles que tinham acesso a deputados, a vereadores, as pessoas importantes poderiam estar ali.

A Central de Regulação precisa ser melhorada. Nós precisamos ampliar o número de leitos, ampliar o número de leitos de UTI, ampliar o número de leitos de UTI pediátrica, de UTI neonatal, só assim nós vamos melhorar. Porque o SUS, o maior patrimônio do Brasil, do qual eu sou uma militante inquestionável, na minha vida, antes da política, sou uma militante do SUS. Estou na política há apenas 9 anos. Eu quero dizer que a gente tem de melhorar com mais investimentos, com parceria tripartite, com a valorização dos servidores, mas com a ampliação do número de leitos, leitos de cirurgias eletivas, cirurgias de emergência e de urgência, leitos de UTI, leitos em hemodinâmica, leitos em oncologia.

Esse é o esforço que nós temos feito, que o governo tem feito. Nunca vai ser suficiente. Sobretudo depois da pandemia, nós tivemos um volume muito maior de

peessoas que necessitam de cirurgias, de tratamento, porque a prevenção e o cuidado com a saúde foram retardados em função do medo da pandemia.

Então, é importante a gente fazer a crítica? Sim, é importante. Mas é importante também valorizar as iniciativas: 24 hospitais; 26 policlínicas; 1 hospital ortopédico, que é importante; 1 hospital da mulher, pois era uma fila imensa, uma fila de mulheres sangrando meses, meses a fio, e hoje há uma fila que é totalmente transparente, com a possibilidade de fazer histerectomias, de fazer tratamentos de endometriose.

Eu acho que nós precisamos... tenho a certeza de que as deputadas e os deputados reconhecem esse trabalho. A gente abre hospitais, mas o custeio é imenso. A gente precisa, sim, valorizar, precisa valorizar o servidor, todas as categorias, precisa de concurso público, e isso é importante dizer. Mas também não podemos não valorizar a iniciativa da criação de 24 hospitais, 26 policlínicas e 1 hospital ortopédico.

Eu vim aqui não para defender governo A ou governo B, mas apenas relatar um fato, que para a gente melhorar a Central de Regulação... a Central de Regulação é apenas, deputada Soane, aquela que recepciona um paciente grave e busca leitos. Onde não há esses leitos, porque às vezes não há no mesmo local em que a pessoa está, o governo se preocupa em ter UTI aérea.

Nós temos de fazer esforços, eu acho que são esforços coletivos, em defesa da saúde. Todos nós aqui, independentemente dos nossos partidos políticos, temos pessoas que vêm aos nossos gabinetes, que pedem socorro a nós para conseguir um internamento, para conseguir uma UTI. E quanto mais equipamentos hospitalares a gente tiver, muito melhor a saúde, deputado Eures, V. Ex.^a que já foi prefeito e, como prefeito, quantas vezes não pôde resolver um caso de maior complexidade?

Há de haver uma parceria entre prefeituras, entre governo do estado e governo federal, porque o SUS é tripartite. E para universalizar esse tratamento, para universalizar o acesso ao SUS, é necessário que a prefeitura cumpra o seu papel, ampliando a atenção básica, que as prefeituras possam fazer parcerias, recebendo mais investimentos, e, sim, valorizando os profissionais.

Aqui eu sou filha de servidora, eu sou filha de dois servidores. Então, eu não estaria aqui dizendo o contrário, pois o serviço público só é efetivo quando a gente valoriza os servidores.

Mas é importante também que vocês saibam reconhecer os esforços do Legislativo,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque o Legislativo trabalha com a movimentação do movimento sindical, que nos pauta, e a gente tenta negociar. Assim vai a vida. Às vezes, a gente é bem-sucedido em nossos pedidos, em nossos pleitos; às vezes, a gente não é. Mas eu acho que a gente tem de respeitar a iniciativa das lutas coletivas.

Por isso eu respeito vocês demais, por isso eu respeito e admito que os pleitos são justos. E a gente segue tentando melhorar,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas reconhecendo os pontos positivos que, sobretudo na área da saúde, vêm dos nossos governos dos últimos 16 anos.

Obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade de fala.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Fabíola Mansur.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Rosenberg Pinto: Por todo o tempo, falará o deputado Eduardo Salles, do PP.

O Sr. EDUARDO SALLES: Sr. Presidente, colegas deputados, eu aproveito este momento hoje, aqui no Plenário, para fazer um resumo para vocês efetivamente sobre dois assuntos que têm sido debatidos incansavelmente nesta Assembleia Legislativa, especificamente na Comissão de Infraestrutura e na Comissão de Agricultura. Nós temos pautado esses assuntos há mais de 1 ano, e esses assuntos, sem dúvida, são de interesse direto de toda a população baiana.

Eu falo de dois assuntos. O primeiro: a concessão da Viabahia, que, sem dúvida alguma, é um escroque. A Viabahia é um desacato a toda essa população baiana ao longo desses 15 anos em que houve a concessão.

Pois bem, eu queria fazer uma prestação de contas a vocês. Na semana passada, estivemos em Brasília, diversos deputados da Assembleia Legislativa da Bahia. Nessa ida a Brasília, nós participamos de uma audiência pública, solicitada pelo deputado federal Jorge Solla, com a presença do presidente da ANTT, agência reguladora dos transportes terrestres, com as presenças da representante do ministro dos Transporte e do representante do Tribunal de Contas da União. Nós pudemos também ter a presença desse que se coloca como o presidente da Viabahia, essa concessionária irresponsável, o Sr. José Bartolomeu.

Pois bem, ali, com a presença de deputados federais, de deputados estaduais, nós pudemos, durante muitas horas, ouvir as palavras das pessoas e debater esse assunto tão relevante para toda a população baiana. Quem da população baiana não vive as dificuldades sempre que passa pelas BR-324 e BR-116 e sofre com essas estradas que são uma vergonha nacional?

Já foi dito por diversas vezes que nós temos estradas em que a concessionária, desde o primeiro momento em que recebeu a concessão, a única coisa que fez foi construir sete praças de pedágio. Dali para frente, mais nada. Ela não cumpriu uma vírgula sequer, ela não cumpriu uma vírgula sequer do seu contrato. Há 15 anos que ela faz toda a população baiana, o governo federal, o governo estadual e os governos municipais de palhaços, ao longo desses 15 anos.

Nós passamos por aquela via, a BR-324, e vemos que, ao longo desses 15 anos, nem um recapeamento foi feito. E ela também tinha, sim, a obrigação de construir a terceira pista. É obrigatório no contrato dela a terceira pista, mas até hoje nem o recapeamento foi feito. Nós passamos as dificuldades de um tapa buraco que é feito, muitas vezes, com a caçamba, com regador de plantas, com seis pessoas, fazendo de palhaça toda a população.

Pois bem, acidentes têm ocorrido na BR-324. Nesta semana eu passei por cinco acidentes. A chuva cai e acontece a aquaplanagem, quando os carros deslizam pela pista sem controle dos motoristas, por falta de drenagem, por falta de manutenção, por falta de sinalização. É um absurdo tremendo o que tem sido feito por essa concessionária que há 15 anos administra, não só a BR-324, mas 680 quilômetros de rodovias, porque é a BR de Salvador a Feira de Santana e a BR de Feira de Santana até a divisa com Minas Gerais. São 680 quilômetros administrados por essa concessionária.

Volto a dizer, viadutos, passarelas, sinalizações, duplicação de 420 quilômetros, até hoje nada disso foi feito! Nada! É um absurdo tremendo! Aquela empresa é criminosa! Eu posso dizer a vocês que essas pessoas são criminosas! Várias pessoas têm perdido as vidas ali, ou têm perdido amigos, parentes. Nos próximos tempos, minha gente, pode ser um de nós. Nós precisamos ter uma atitude! E ali, em Brasília, colocamos e ouvimos que o Tribunal de Contas vai ter 90 dias para analisar uma proposta de um bem bolado para ser feito naquela concessão.

Pois bem, depois, nós estivemos na Embaixada do Canadá, porque um fundo canadense é um dos proprietários da Viabahia e nós acreditamos que os investidores canadenses não estão sabendo o que tem acontecido aqui no Brasil. Nós achamos que o presidente da Viabahia, o Sr. José Bartolomeu, juntamente com o conselho, não passa aos investidores canadenses o descabimento, o que tem acontecido aqui nessas estradas.

Pois bem, minha gente, nós fomos lá e, se Deus quiser, vamos receber nesta Casa o embaixador canadense. Temos um relatório detalhado que protocolamos lá, com o número de acidentes, o número de mortes, o exemplo da BR-116, o que a faz ser uma das BRs com o maior número de acidentes e o maior número de mortes no Brasil.

Depois de irmos à embaixada, nós fomos ao Tribunal de Contas da União, onde fomos recebidos pelo ministro Aroldo Cedraz e por sua equipe, eles passaram horas nos relatando o que está acontecendo no Tribunal de Contas. E todos, eu acho que é unanimidade, acham que alguma providência precisa ser tomada urgentemente e isso tem de ser resolutivo. Nós não podemos deixar que essa concessionária continue fazendo a população baiana de palhaça. Eu propus, juntamente com os colegas, que a gente tenha uma intervenção imediata, que o Ministério dos Transportes tome de volta essa concessão. Tome de volta e vá...

Nós vemos algumas rodovias e trechos da BR-101, da BR-242, várias rodovias que não são privatizadas...

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. EDUARDO SALLES: Aparte dado, deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes: Em primeiro lugar, o meu respeito a V. Ex.^a pelo grande trabalho que tem realizado e pela mobilização em defesa da recuperação da BR-116, da Viabahia.

Mas eu peço vênua a V. Ex.^a, peço consideração a V. Ex.^a, para dizer que o embaixador do Canadá não tem nada a ver com o processo da empresa Viabahia, porque ela está sujeita às leis brasileiras. A pressão, a ação, que deve ser feita é junto ao governo brasileiro. Não é no Canadá. O governo brasileiro fez um contrato de concessão, pelo Ministério dos Transportes, para exploração da estrada. Se esse contrato não está sendo cumprido, cabe ao governo brasileiro a incumbência, o dever perante os brasileiros, de fazer com que a Viabahia cumpra o contrato dessa relação entre Viabahia e governo federal.

O Sr. EDUARDO SALLES: Deputado Euclides Fernandes, o senhor tem toda a razão, só que temos um problema no meio disso tudo. Simplesmente, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o governo brasileiro, por diversas vezes, entrou com ação contra a Viabahia e perdeu todas. Então, deputado Euclides, eu sinto informar a V. Ex.^a que nós estamos buscando o Canadá para esclarecer e internacionalizar essa briga, porque, simplesmente, eles ganham todas na Justiça. Até hoje, nem um TAC que foi feito eles respeitaram, deputado Euclides Fernandes. Eles são mau caráter, eles são bandidos. Essa Viabahia é uma empresa bandida. Se V. Ex.^a estivesse falando, realmente, de uma empresa séria, teria toda a razão.

O Sr. Fabrício Falcão: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. Euclides Fernandes: Excelência, eu ainda quero um aparte de V. Ex.^a.

O Sr. EDUARDO SALLES: Deputado Fabrício está pedindo um aparte. Por favor, Excelência.

O Sr. Fabrício Falcão: Deputado, primeiro, obrigado pelo aparte. Eu quero só parabenizar o senhor pela sua ação de ter essa comissão. Eu não pude estar em Brasília contigo na missão, mas quero parabenizá-lo. O senhor, deputado Eduardo Salles, tem feito um trabalho de maestria, um trabalho excelente, nessa luta contra essa empresa que presta um serviço de desrespeito ao povo da Bahia. É um absurdo o que ela faz. Então eu só quero parabenizar o nobre colega aqui, por mais essa ação de visitar tanto a embaixada do Canadá como o TCU. É tudo que se pode fazer para levar a mensagem de indignação deste Parlamento do povo baiano. Parabéns ao senhor.

O Sr. EDUARDO SALLES: Muito obrigado, deputado Fabrício. Quero agradecer-lhe, porque V. Ex.^a não pôde ir, mas justificou que não poderia estar presente conosco lá. Eu gostaria de enfatizar, de colocar claramente aqui, que alguma atitude tem de ser tomada. Já foi solicitada uma CPI pelo deputado Leur Lomanto e essa CPI precisa de assinaturas, precisa de 170 assinaturas. Então eu faço um apelo aqui aos deputados federais baianos e de outros estados para que assinem, para termos essa CPI instalada, já que aqui na Assembleia Legislativa da Bahia não é permitido, porque se trata de uma concessão federal.

Deputado Euclides Fernandes, acho que nós deputados temos de insistir, temos de lutar. Nós dissemos ao presidente José Bartolomeu que eles façam a sinalização, deputado Euclides, que eles comecem uma terceira pista. Já que querem fazer um acordo com o governo federal, que façam ou pelo menos iniciem a terceira pista...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da BR Salvador-Feira de Santana. Que façam a duplicação da Serra do Mutum. Que comecem a fazer as passarelas, os viadutos necessários, para que a gente entenda que efetivamente eles estão com boa vontade de se redimir por esses 15 anos de descaso com a população baiana.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Eduardo Salles. Muito obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco PL/Solidariedade para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, vai falar o deputado Diego.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputado Diego, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Samuel Junior: São quantos minutos, presidente, 9 minutos?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): São 9 minutos.

O Sr. Samuel Junior: Então o deputado Diego vai falar por 5 minutos e, por 4 minutos, o deputado Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Portanto, redividido o tempo, 5 minutos e 4 minutos.

Com a palavra o deputado Diego Castro, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, é engraçado, não é? Todos aqui estão acompanhando. O governo alega a Lei de Responsabilidade Fiscal, alega a responsabilidade com as contas públicas, mas, se analisarmos, é a linha de governo que mais estourou Orçamento da história deste estado e deste país.

Para começar, historicamente, é uma linha perdulária, uma linha que gasta mais do que arrecada. Essa é a verdade. Ou melhor, quando arrecada, sacrifica o cidadão, bota a coleira no pescoço, principalmente daqueles que produzem. Olhem o retrato que a gente tem na Bahia, o funcionalismo público está com mais da metade do salário defasado, 54,25%. O governo alega que não dá para cumprir o reajuste integralmente, os 10% que a categoria está requerendo. Inclusive, associe-me aqui com a emenda para os 10% de aumento.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O governo alega isto: “Ah, a gente não pode fazer isso, porque vai causar um desequilíbrio nas contas públicas.” Mas aprova quase R\$ 6 bilhões em empréstimo, que a gente quer saber para onde está indo. Um empréstimo dentre esses R\$ 6 bilhões, eu me lembro muito bem, eram R\$ 200 milhões com a conversa de que eram para a logística da saúde, cadê? Para onde foi? E mais: falam que não tem caixa, mas o próprio secretário da Fazenda foi a público dizer que as contas do estado estão equilibradas, que, sim, tem caixa. Inclusive, foi mostrado que há R\$ 7 bilhões. Então por que a recusa em pagar o que é devido aos trabalhadores?

(As galerias se manifestam com palmas.)

Fica a pergunta. Para onde vai o recurso que é extraído da coleira colocada no pescoço do trabalhador, de quem gera emprego, de quem gera renda e paga um imposto caríssimo ao estado da Bahia? Do jeito que é cobrado – eu posso chamar assim –, é um roubo, porque não tem contraprestação nenhuma.

Olhem a saúde como está! Olhem a educação como está, a pior do Brasil em tudo. A segurança pública está da mesma forma. Vir a público alegar que não tem caixa e dar uma porcaria – a verdade é essa – de 2% de aumento, se é que eu posso chamar isso de aumento, é gozar com a cara de todos os baianos, é “dar uma banana” para a saúde pública.

Isso é, mais uma vez, mostrar que o governo está pouco se lixando com gente. A plataforma que essa atual administração sempre fez, inclusive de marketing político, é de um governo que cuida de gente, é de um governo tamanho “G”, só se for “g” de gambiarra, porque é gambiarra em todas as esferas que esse governo administra.

Pelo amor de Deus, professores, claro que eu não vou generalizar, mas sejam independentes! Não fiquem no cabresto, em “pelegagem” de sindicato nenhum! Porque olhem aí o que acontece, dizem que defendem vocês, mas na hora “h” recuam e fazem a vontade de quem? De facções partidárias, não de vocês.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A mesma coisa, não vou generalizar porque não é todo sindicato, inclusive, os sindicatos da saúde, como muitos outros, algumas associações da educação, como eu vejo, são exceções. Por que eu digo isso? Porque, como vocês veem aqui, sobem, falam do problema, aplaudem, concordam, mas olhem que contraditório, do mesmo jeito que falam e tocam nos problemas, quando se mostram os culpados, se disser que são do PT, se chateiam, mas querem o aumento efetivado, como no caso da APLB.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, presidente, para concluir e passar a palavra para o colega Sandro Régis que vai falar aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sou eu que passo a palavra.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: É V. Ex.^a, Sr. Presidente. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Para concluir, me associo à luta de vocês. Contem comigo. Mais uma vez, reforço: abram o olho no voto, as eleições municipais estão chegando, haverá eleições gerais em 2026, não continuem insistindo no erro, dando murro em ponta de faca.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Agora sim, pelo tempo restante do horário, 4 minutos, com a palavra o nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Galerias Paulo Jackson. Sr. Presidente, hoje escutei aqui vários deputados, especialmente deputados do Partido dos Trabalhadores, querendo dar opinião ou pitaco sobre o União Brasil. Primeiro, eu pergunto: “Quem perguntou a opinião de algum deles?” Eu acho que ninguém perguntou. Até porque a opinião deles sobre o nosso partido não vale nada.

Segundo, eles têm de subir a esta tribuna para falar sobre a questão da segurança pública deste estado. O Rio Grande do Sul vive hoje uma grande tragédia, mas na Bahia todos os dias morrem milhares de pessoas também, porque o estado está entregue à criminalidade.

Um projeto de 16, de 17, de 18 anos, líder em analfabetismo no Brasil, ninguém fala sobre isso aqui, mas querem falar do ex-gestor de Salvador, querem falar do partido União Brasil. Quem perguntou a opinião dos senhores? Entre a opinião dos senhores e o nada, para o nosso partido, o nada é muito mais importante. Os senhores devem aqui... O governo Rui Costa passou 8 anos sem dar um aumento ao servidor público.

(As galerias se manifestam com palmas.)

E agora vocês querem dizer que esses 4% são um aumento digno? Há defasagem de mais de 10 anos! Os senhores não valorizam os servidores.

Venham explicar à sociedade o porquê de não dar aumento ao servidor! Venham explicar à sociedade o porquê de este estado ser líder de analfabetismo há mais de 12 anos! Venham explicar à sociedade por que na Bahia ou se morre na fila da regulação ou se morre baleado nas ruas! Aí, todo mundo se cala! Aí, ninguém fala nada! Aí, todo mundo fica calado! Agora, para vir fazer discursinho bonito, para falar da casa dos outros, todo mundo é porreta e valentão.

Olhem para o partido dos senhores, que já teve sérios problemas! Um partido que quase todo mundo foi preso por corrupção! Para falarem da casa dos outros, primeiro olhem a casa dos senhores! O União Brasil está muito bem cuidado, está muito bem gerido pelo ex-prefeito ACM Neto. Então, Srs. Parlamentares, cuidem da vida dos senhores. Nenhum deputado do nosso partido anda dando pitaco em questões partidárias.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

É bom os senhores se preocuparem em dar explicações ao país e à Bahia. Hoje, 55% do Brasil já rejeita seu presidente! Um governo estadual pífilo, que ainda

nada trouxe, que vive dos empréstimos e das inaugurações de obras que o ex-governador deixou.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para concluir, Sr. Presidente.

Então é bom, antes de falar dos outros, V. Ex.^{as} todos os dias olharem-se no espelho primeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Sandro Régis.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou o líder do União Brasil para falar ou indicar o orador pelo tempo de 14 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: O União Brasil? Não. falou agora o União Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não, ele falou no tempo do anterior, ele dividiu o tempo no horário do PL/Solidariedade.

O Sr. Alan Sanches: União Brasil?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): União Brasil.

O Sr. Alan Sanches: Por 5 minutos, falará o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis (fora do microfone): Eu falei agora.

O Sr. Alan Sanches: Então vou falar agora.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Pelo tempo de até 14 minutos, o nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Srs. Deputados, já que eu fui instigado a falar aqui do Hospital Ortopédico do Estado, eu vou ler para V. Ex.^{as} a denúncia, deputado Rosemberg, que recebi de uma funcionária do hospital.

(Lê) “Boa noite, Alan. Tudo bem? Vi que fez algumas postagens sobre o Hospital Ortopédico do Estado, e você está muito certo. Lá está uma verdadeira bagunça, uma tragédia anunciada. Vários erros por falta de processos, fluxos e barreiras. Várias cirurgias suspensas por falta de tempo hábil e muitas outras, por falta de material, órteses, próteses. Paciente idosos ficando em jejum até às 23 horas aguardando procedimento, e depois a cirurgia é suspensa. Já ficamos sem gaze estéril para curativo dos pacientes...” Gaze, gaze de curativo, aquela gaze estéril.

(Lê) “(...) Faltam vários materiais básicos, como máscaras, lancetas, fitas de glicemia...” – ou seja, materiais extremamente básicos para o funcionamento de qualquer unidade básica de saúde, que dirá de um hospital dessa magnitude – “(...) tubos para coleta de exame etc. Pacientes estavam usando capa de isolamento de contato porque não tinha camisolas. E os que estavam usando, já tinham 3 dias com a mesma camisola...” Isso no Hospital Ortopédico, dito como maior hospital estadual da América Latina.

(Lê) “(...) Uma verdadeira vergonha sendo maquiada pelo estado para dizer que o inaugurou, quando, dentro dele, a enfermagem passa pelos seus piores dias. Somos obrigados a arrastar pacientes na maca ou na cadeira para fazerem exames, pois não tem gente, não tem um maqueiro, o funcionário específico. Não tem maqueiro suficiente para atender as alas que o estado exige. Não tem efetivo suficiente para a demanda que eles estão adentrando na unidade.

Quando ficam sabendo que a Sesab vai fazer visita, pedem que a gente arrume tudo e mantenha a farsa. O Einstein só funciona no Morumbi, lá em São Paulo, porque aqui todo o pessoal, enfermeiros, técnicos de enfermagem, estão sobrecarregados com as demandas de exames, coletas, tipagem...” e por aí vai.

O que eu estou falando aqui não é discurso fantasioso, não é denunciismo o que a gente traz aqui. Quando você prepara um equipamento dessa magnitude como é o Hospital Ortopédico do Estado, o maior hospital ortopédico, você precisa estar preparado. Quanto tempo tínhamos aguardando quem seria a unidade gestora desse hospital? Muito tempo.

Depois, fizeram uma grande publicidade dizendo que o pessoal do Hospital Israelita Albert Einstein faria essa administração. Mas, para fazer a gestão, se precisa de um monte de coisas, de material humano, de material realmente básico para realizar qualquer tipo de procedimento, desde pequena cirurgia a curativo, qualquer coisa, até de material de escrita, gente.

Como eu posso bater palmas aqui, deputada Fabíola, deputado Robinson Almeida, quando a gente recebe a denúncia dos próprios funcionários? Por isso, deputada Fabíola, o próprio governador Jerônimo já fez o convite em rede pública para que eu fosse lá. Vamos lá, deputada Fabíola? Vou aguardar que a senhora consiga isso, para não dizerem que a gente pulou o muro, que a senhora consiga que a gente entre pela porta principal e possa fazer essa avaliação.

Eu poderia falar também de outro hospital, deputados, o Hospital Metropolitano. Ele tem sido uma verdadeira vergonha, não o equipamento, que é lindo, como foi inaugurado agora o hospital em Teixeira de Freitas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) onde foram gastos R\$ 200 milhões. Lá, a gente vai ver o equipamento, eu não tenho dúvidas de que a parte da infraestrutura será belíssima. O pessoal realmente está conseguindo entregar um material muito bom.

Mas vem a segunda parte, que é a pior. Primeiro, o custeio disso. O governo do estado não pode atrasar, porque se atrasar esse pagamento, o custeio fica comprometido.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Meu tempo são 14 minutos, deputado, por que está tocando a sirene? São 14 minutos. O União Brasil tem 14 minutos, não são 5 minutos, não.

Então, a gente estava falando do Hospital Ortopédico e agora estamos falando do Hospital Metropolitano. O que eu recebi... convido, mais uma vez, o deputado Rosemberg e a deputada Fabíola, para que consigam me calar. A denúncia que eu

recebi do Hospital Metropolitano foi que tem um andar fechado lá, uma ala do Hospital Metropolitano está fechada, não está funcionando. A gente bota na propaganda, deputado Euclides, que são 220 leitos no Hospital Metropolitano, mas se tem uma ala, um andar fechado, como está funcionando?

A gente vai para o lado da Regulação. De que a Regulação precisa? De leitos. O paciente precisa ter leito para se deitar, então precisa de leito. Se nós construirmos leitos, ótimo! Mas não se pode construir 220 leitos e entregar 120 leitos, como está acontecendo no Hospital Metropolitano e aconteceu no Hospital Ortopédico do Estado quando foi criado. Lá, tinha 210 leitos, então se tem 30 leitos de UTI, vai cair para 180 leitos de cirurgia, efetivamente. Mas o que aconteceu? Eles tiraram 100 leitos ortopédicos do Hospital Manoel Victorino. Se eles tiraram esses 100 leitos e sobraram 180 criados no Hospital Ortopédico, o maior hospital ortopédico, então a gente só tem efetivamente a criação de apenas 80 leitos na Bahia.

Então, fica fácil quando se fala: “Agora vamos resolver a regulação.” Gente, não é se fazendo um trabalho de pouquinho em pouquinho, de formiguinha. Não! Não vai funcionar. Nós precisamos de leitos para deitar os pacientes. A Regulação de Salvador, só em Salvador... porque nós sabemos que Salvador paga R\$ 800 milhões por ano para que o governo do estado seja o responsável pela alta complexidade. Dessa forma, quem faz a regulação de todos os pacientes para as cirurgias e procedimentos de alta complexidade é o estado.

Sendo dessa forma, o estado, hoje, é responsável por regular Salvador também. Todos os dias, nós amanhecemos com 370 pacientes nas unidades de pronto atendimento precisando ser regulados, ou para cirurgia, ou para realização de algum procedimento. Todas as manhãs. Então, tem alguma coisa errada. E ainda é pior, porque, como Salvador tem um hospital municipal, eles acham que tem de se regular para lá, mas se esquecem de que Salvador não pede favor ao governo do estado.

Quando a gente tem uma bipartite, digamos, o município de Salvador e o estado, fazendo através da Sesab, tem de se fazer essa composição, porque não há favor, há pagamento, há transferência do dinheiro recebido do Ministério da Saúde para Salvador, que é repassado para o governo do estado ficar responsável pela alta complexidade.

Dessa forma, eu sempre digo aqui, o que está faltando é gestão. Salvador e a Bahia precisam de leitos. Não adianta abrir esses hospitais lindos e maravilhosos, faraônicos, se a gente não bota para funcionar 100%. Eu provei aqui, deputado Rosemberg... Eu posso aqui... Não tenho motivos para fazer de outra forma. Há denúncias de funcionários de lá. Podemos ir lá nós três. Não venho aqui para fazer, absolutamente, denúncias, nem isso ou aquilo.

Mas eu acho que a gente pode melhorar o serviço. A gente poderia avançar na saúde. A gente poderia resolver os problemas da cirurgia ortopédica. São diversas as cirurgias ortopédicas. As pessoas estão ficando mutiladas, ficando, cada vez mais, moribundas, aí, com problemas nos joelhos, quadris, ombros e mãos. Da mesma forma, a gente precisa realizar outras cirurgias. Então a gente precisa ter um olhar diferenciado.

Agora, não é disputa política. O que eu trago não é disputa política, mas mostrar, efetivamente, que os hospitais que estão sendo criados e estão sendo entregues não estão funcionando 100% na sua plenitude. Há falta desde materiais básicos até a concepção geral da realização de cirurgias. Há falta disso e daquilo.

Aí, a gente pode olhar para um outro hospital. Vejam, o governo do estado tem mania de abrir um hospital e fechar outro. Antigamente, tinha um hospital chamado Hospital São Jorge que virou a UPA Roma. Dessa forma, existiam leitos ali.

O que fez o governo do estado?

Ele criou o Hospital da Mulher, só que foi em cima do Hospital São Jorge. Então, ele tirou aqueles leitos dali. Ele acabou com aqueles leitos que a gente precisaria para a Regulação. E ele fez o Hospital da Mulher. Então, ele transformou. Não houve uma criação de um novo hospital. Então, isso tem de ser lembrado. Então, não adianta a gente ficar só reformando. Eu acho que nós temos de modernizar todas as unidades hospitalares necessárias, mas precisamos também construir hospitais.

Então, não pode só o ministro Rui Costa, em seu discurso em Teixeira de Freitas, dizer que tinha criado tantos hospitais! Ele precisa dizer, também, quantos leitos foram criados e quantos leitos ele inativou. Aí, a gente vai chegar a uma matemática correta. Digo isso porque Salvador precisa de leitos hospitalares. Deputada Fabíola, a senhora é uma amiga, parceira da saúde e membro da Comissão de Saúde. O que se precisa, além da gestão de leitos, é criação de novos leitos.

Não tinha cabimento, a meu ver, ele ter fechado os leitos em Ortopedia no Hospital Manoel Victorino, mesmo que precisasse de uma modernização. Ali, a gente poderia resolver diversos problemas, como a gente estava resolvendo, se o Hospital Manoel Victorino estava funcionando até a criação do Hospital Ortopédico do Estado da Bahia.

Por que, de repente, quando se criou o Hospital Ortopédico do Estado da Bahia fecha-se o Hospital Manoel Victorino? Não tem sentido! As filas são enormes!

A gente tenta, em Salvador, fazer os mutirões através do Programa Saúde nos Bairros, criado por Ana Paula, levando atendimento a diversos locais. A cada 15 dias, roda. Bem, Ana Paula é vice-prefeita do município de Salvador e secretária da Saúde do município de Salvador. Ela criou o Programa Saúde nos Bairros.

Deputada, já foram realizados 1 milhão de atendimentos, entre consultas e procedimentos, coleta de exames. Foram 1 milhão de atendimentos! Mas muito mais do que isso, não é só esse atendimento. A gente precisa dos procedimentos de alta e média complexidades e as cirurgias. É disso que precisa.

Agora, se, efetivamente, a gente fechasse, apertasse as mãos e diminuísse a temperatura da disputa política com relação à Regulação e à gestão da saúde, a gente ia avançar. Mas não dá para dizer: “Ah, de Salvador? Não. Deixa aí. Vamos buscar de tal lugar.” Não pode ter essa disputa. Essa disputa é pequena e é mesquinha.

Neste momento, para se resolver o problema da Regulação, é preciso mais. Isso é um calo para o governo do estado. Nós precisamos diminuir a temperatura, tirar as colorações partidárias, dar as mãos e dizer: “A Secretaria Municipal da Saúde de Salvador vai ajudar assim, e a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia vai atuar assado.”

Neste momento, a gente precisa avançar.

Da forma como o governo do estado tem feito, essa forma não tem trazido a solução e não tem melhorado os índices da Regulação.

A minha proposta é esta.

Deixo aqui bem claro, deputada Fabíola e deputado Rosemberg. Agora, aguardo V. Ex.^{as} marcarem a data para nós, os três, podermos visitar o Hospital Metropolitano e o Hospital Ortopédico do Estado da Bahia. São os dois hospitais novos que abriram.

Quanto ao Hospital do Subúrbio, eu acredito que funciona. Eu não recebo queixa. Quem sou eu para receber? Mas como qualquer parlamentar dos 63 aqui, por ser médico, e estar nessa posição, às vezes, de crítica ao governo, a gente acaba recebendo alguns questionamentos e denúncias.

Por isso, eu gostaria de, realmente, com a permissão de V. Ex.^{as}, acompanhá-los para que nós, os três, possamos ir ou quem mais quiser, o que V. Ex.^{as} decidam. Assim, nós poderemos visitar esses hospitais como o grandioso Hospital Ortopédico do Estado da Bahia e o Hospital Metropolitano.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder Alan Sanches.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Há um requerimento sobre a mesa, Srs. e Sr.^{as} Deputadas.

(As galerias se manifestam.)

(Lê) “*Requerimento*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com objetivo de apreciar as matérias constantes na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 14 de maio de 2024

Deputado Rosemberg Pinto”

Os Srs. e Sr.^{as} Deputadas que são favoráveis permaneçam como se encontram.
(Pausa)

Aprovado o requerimento.

Vamos, agora, ao último tempo do horário partidário.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder da Federação PT/PCdoB/PV para falar ou indicar o orador ou oradora pelo tempo de 23 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto: Falarão, por 5 minutos, a deputada Olívia Santana e, por 3 minutos, o deputado Rosenberg.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Repita, deputada Olívia...

O Sr. Rosenberg Pinto: Falarão, por 5 minutos, a deputada Olívia Santana e, por 3 minutos, o deputado Rosenberg.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Falarão, por 5 minutos, a deputada Olívia Santana e, por 3 minutos, o nobre deputado e líder Rosenberg.

Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, servidores desta Casa, quero saudar, de maneira especial, os movimentos sindicais que ocupam as galerias desta Casa, como a APLB Sindicato e o Sindsaúde, que também já esteve aqui, pela manhã. Aliás, eles têm feito vigílias na Casa. Estiveram esses sindicalistas, na manhã de hoje, também, na reunião da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público. Nós, deputados e deputadas, abrimos, inclusive, o espaço para que pudessem se pronunciar.

A vice-presidenta do Sindsaúde se posicionou e levou as informações sobre as negociações, sobre a reunião ocorrida na Serin ontem, na tentativa de avançar nas negociações. Infelizmente, não houve avanços mais substanciais. Por isso, presidente, considero legítima a presença, sim, do movimento sindical nesta Casa.

O papel dos deputados e das deputadas não é ignorar a existência do movimento social, mas, sim, buscar colaborar com a mediação e com a busca de instalação da mesa de negociação.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Inclusive, houve segmentos da educação presentes na reunião de hoje que até sinalizaram que a data-base de janeiro é uma data que não é boa para a categoria, porque acontece em período de férias e de desmobilização. O ideal seria que, na própria mesa de negociação, uma vez instalada, essa data-base, também, pudesse ser repensada...

Participantes das galerias: É mentira! É mentira!

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) de acordo com a discussão dos movimentos sociais.

Estou relatando aqui, Sr. Presidente, exata e fidedignamente, o que aconteceu na reunião da Comissão de Educação.

(As galerias se manifestam.)

Portanto, acho legítimo a gente tentar, mais uma vez, abrir o diálogo, reposicionar a mesa de negociação para o movimento ter mais tempo para debater, para argumentar.

Quero dizer que toda presença respeitosa será muito bem-vinda, não só na nossa comissão, como também no acompanhamento deste Plenário.

Quero, também, aqui, Sr. Presidente, recepcionar e ratificar a fala do deputado Eduardo Salles. É, realmente, muito revoltante o que acontece na relação entre a

empresa Viabahia e a cidadania baiana. O descaso e o desrespeito com todo mundo são uma coisa, assim, atroz, mas revelam, exatamente, esse cabo de guerra extremamente desigual que é o grande capital com todo o seu poder econômico esmagando o direito público.

O deputado Eduardo Salles, quando trouxe essa questão, não é uma novidade. Já mobilizou. Já houve audiências públicas com participação de deputados e deputadas de maneira suprapartidária nesta Casa. E a gente não consegue ver avanços. Já fomos a Brasília denunciar a Viabahia. Mas, como disse, o poder do capital consegue ganhar todas, mesmo não tendo razão, mesmo provocando mortes.

Ocorreu a morte de uma menina acompanhada do seu pai em uma motocicleta. O episódio aconteceu por causa do descaso da Viabahia, porque a empresa não limpou a via. Por isso, a via estava escorregadia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e isso provocou um acidente fatal. Mesmo assim, a Viabahia continua com os crimes. Os descasos da Viabahia continuam sendo ignorados.

O contrato entre a BR-324 e a Viabahia não é com o governo do estado! O contrato é com o governo federal. Mas esse contrato precisa ser extinto, precisa ser revisto para o bem do povo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Há um desequilíbrio que favorece o grande capital em detrimento da população baiana! É quase unânime a luta contra este estado de poder supremo da Viabahia contra os direitos da população.

Portanto, ficam, aqui, o nosso registro e a nossa disponibilidade de atuar junto, também, para reverter esse estado de coisa absurda.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigada, deputada.

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pela oradora.)

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por 3 minutos, com a palavra o líder Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, eu queria aproveitar esses 3 minutos para chamar todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes, uma vez que este é o último tempo do Partido dos Trabalhadores e para que possamos iniciar os debates dos projetos que estão pautados, principalmente o projeto do Bahia pela Paz e, por acordo, o projeto do abono para os professores.

Sr. Presidente, quero reafirmar que o deputado Alan apresentou uma denúncia com relação ao Hospital Ortopédico, a qual eu desconheço, porque o Hospital Ortopédico, com todas as divergências que possam ter do ponto de vista da gestão ser própria ou terceirizada, é talvez o mais estruturado e o maior hospital nessa área

da América Latina. Deputado Alan, vamos marcar para fazer uma visita ao Hospital Ortopédico. Na realidade, nós já fizemos um grupo e fomos lá. Sei que V. Ex.^a não pôde ir no dia, mas iremos novamente para verificar aquele equipamento e sua importância para o estado.

Reafirmando, quero chamar todos os deputados e deputadas que estão no cafezinho ou em seus gabinetes para que possamos, às 17h41min, iniciar esse debate sobre o projeto que foi pedido vista, na semana passada, do Bahia pela Paz. É um projeto que prevê, inclusive, uma discussão de humanização dessas relações, ou seja, no enfrentamento à violência sem apenas pensar o enfrentamento da violência pela violência, mas com medidas inteligentes para que se possa preservar a vida das pessoas envolvidas nessa tarefa.

Então, eu quero, mais uma vez, convidar todos os colegas para que possamos iniciar esse debate, presidente. Quero também agradecer por todas as intervenções que foram feitas durante o dia de hoje.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ordem do Dia.

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 25.233/2024 teve o seu parecer lido no Plenário e agora segue para a votação no âmbito das comissões...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) em seguida, ele entra no Plenário para ser votado.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Já que vamos começar e já estamos em processo de votação, eu gostaria de uma verificação de quórum para a continuidade da votação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente, eu iria solicitar de todos os deputados e deputadas que se fizessem presentes, porque o deputado Alan solicitou verificação de quórum para a votação. Esse é o projeto do Bahia pela Paz, cujo parecer foi lido, na semana passada, pelo deputado Robinson Almeida, houve um pedido de vistas feito pelo deputado Alan Sanches, retornou à Mesa e agora está sendo submetido à votação.

Então, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que pudessem se fazer presentes para atender à verificação de quórum solicitada pelo deputado Alan Sanches e queria pedir a V. Ex.^a que marcasse os 25 minutos regimentais para que os deputados compareçam ao Plenário da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto, deputado líder Alan Sanches e Rosenberg Pinto. Acatando a questão de ordem, eu solicito à técnica que,

por favor, zere o painel e marque o tempo de 25 minutos para que os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas possam dar a presença para a continuidade da sessão.

Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, há uma questão de ordem para a verificação de quórum de votação e serão necessários 32 deputados e deputadas no Plenário para que possamos dar continuidade à sessão de votação do Projeto de Lei nº 25.233/2024, que institui o Programa Bahia pela Paz, promovendo ajustes no programa anterior, Pacto pela Vida.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados que estão nos gabinetes, que estão nas proximidades aqui da Casa, por favor, compareçam ao Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão. Serão necessários deputados e deputadas em número de 32 para que possamos dar continuidade à sessão.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Atenção, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, compareçam ao Plenário: deputado Angelo Coronel, Antonio Henrique, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Salles, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimateia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões, Ludmilla, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Pablo Roberto, Pancadinha, Pedro Tavares, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Robinho, Samuel Junior, Sandro Régis, Tiago Correia e Vitor Azevedo.

Participantes das galerias: Não vai ter quórum!

Não vai ter quórum! Não vai ter quórum!

Não! Não! Não! Ou paga os 10% ou não tem condição! Não! Não! Não! Ou paga os 10% ou não tem condição! Não! Não! Não! Ou paga os 10% ou não tem condição!

Não vai ter arrego! Ou paga os 10% ou não vai ter sossego! Não vai ter arrego! Ou paga os 10% ou não vai ter sossego! Não vai ter arrego! Ou paga os 10% ou não vai ter sossego!

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

(As galerias se manifestam.)

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Participantes das galerias: Não vai ter arrego! Não vai ter arrego! Ou paga os 10%, ou não vai ter sossego!

Negociação já! Negociação já! Negociação já!

Saúde unida jamais será vencida! Saúde unida jamais será vencida!

Servidores unidos jamais serão vencidos! Servidores unidos jamais serão vencidos!

Não, não, não à terceirização! Não, não, não à terceirização!

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Participantes das galerias: Não vai ter quórum! Não vai ter quórum! Não vai ter quórum! Não vai ter quórum! Não vai ter quórum! Não vai ter quórum! Não vai ter quórum! Não vai ter quórum! Não vai ter quórum!...

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem.

Participantes das galerias: Não vai ter quórum! Não vai ter quórum!...

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente!

Participantes das galerias: Não vai ter quórum! Não vai ter quórum!...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem.

Participantes das galerias: Não vai ter quórum! Não vai ter quórum! Não vai ter quórum! Não vai ter quórum! Não vai ter quórum! Não vai ter quórum!...

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu estou solicitando aqui, eu queria fazer um apelo ao deputado Alan para retirar o pedido de verificação de quórum com o compromisso de que eu não colocarei a urgência para votação do projeto, e a gente... Porque tem o projeto dos professores...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então, tem de ser imediatamente por causa do tempo aí. Por favor, encaminhe imediatamente porque faltam 13 segundos.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, estava aqui, só existe uma forma de a gente acatar esse projeto que tem 2 meses na Casa, o Bahia pela Paz. A Oposição vai votar isso...

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Mas o acordo é o seguinte: nós não votaremos nenhum projeto relacionado aos servidores, a urgência de nenhum projeto. O acordo é esse!

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.

O Sr. Alan Sanches: Se o governo aceitar não votar nenhuma urgência hoje, porque ele não vai ter quórum para isso, nós concordamos em votar o Bahia pela Paz e o abono dos professores.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Para efeito da ata, esclarecendo aos Srs. Deputados e Deputadas, à imprensa e aos que nos ouvem: foi retirada a questão de ordem solicitando a verificação de quórum para a continuidade da sessão. Portanto, a sessão volta ao normal, mas já há um acordo entre as lideranças para que só seja votado o projeto Bahia pela Paz. É isso, Srs. Líderes?

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Muito bem.

O Sr. Rosemberg Pinto: o Bahia pela Paz e o abono dos professores.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É isso, nobre deputado Alan? Rosemberg? Para efeito de constar na ata, para impedir qualquer questão legal, o acordo dos líderes é no sentido de que votemos dois projetos: o Bahia pela Paz e o projeto do abono dos professores. É isso?

O Sr. Alan Sanches: O projeto do Bahia pela Paz, o abono e tem um projeto cuja formalidade foi dispensada, que é do deputado Samuel, que não tem nada a ver com o dos servidores. O dos servidores é um projeto com o qual nós não concordamos, nós não concordamos com o reajuste apresentado pelo governo, tem que ficar claro.

Então, nós votaremos o Bahia pela Paz, o abono e o projeto do deputado Samuel.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto.

O Sr. Alan Sanches: Apenas isso foi acordado.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Está muito claro para os Srs. Deputados e para as Sr.^{as} Deputadas.

O Sr. Samuel Junior: É bom constar o apoio dos deputados da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação o parecer do relator do Projeto Lei nº 25.233/2024, que institui o Programa Bahia... ou melhor, o Programa Bahia pela Paz. Programa Bahia pela Paz que substitui o programa Pacto pela Vida.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, no âmbito das comissões.

Agora, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 25.233/2024, que institui o referido programa.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam permaneçam...

O Sr. Hilton Coelho: Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. Samuel Junior: Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar a votação do projeto, Hilton Coelho.

Atenção, nobre deputado Hilton, neste momento é o Programa Bahia pela Paz.

Para encaminhar, o deputado Hilton Coelho por 5 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Bem, pessoal, é o seguinte: primeira coisa, parabenizar os servidores e as servidoras que conseguiram o que parecia impossível aqui, nesta Casa, hoje. Nós estávamos fazendo um movimento de contenção que demonstra que ocupar a frente da ALBA, ocupar as galerias pode fazer com que haja um processo de reposicionamento do governo. Agora, ato contínuo a essa posição do governo,

obviamente que também forçado pela Oposição, é preciso que o governo reabra a negociação com os servidores, especialmente colocando na mesa de maneira objetiva a proposta dos 10%.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Isso vai completar a vitória de hoje, que já começou. Parabenizar todas as guerreiras, especialmente as que ficaram aqui, nas galerias, até o último momento, porque foram muito importantes para que nós tivéssemos apenas duas votações nesta tarde. Vão ser a do Bahia pela Paz e a da questão do abono específico relacionado aos precatórios.

Então, que o governo torne essa sinalização aqui, dê concretude a ela, reabrindo a mesa de negociação para se discutir de maneira respeitosa a recomposição dos salários dos servidores do estado da Bahia.

Sr. Presidente, eu vou ler aqui, rapidamente, o que nós produzimos sobre o Programa Bahia pela Paz. Nós vamos votar a favor do programa, mas é um voto crítico. Queremos dizer que, primeiro, o Bahia pela Paz não teve o debate necessário. Nós não estamos falando aqui que não houve um posicionamento do secretário Felipe, não houve um posicionamento do secretário Marcelo em relação a isso, mas, objetivamente, é um programa que tem um objetivo gigantesco e precisava, necessariamente, de um debate mais ampliado.

A começar pelo que deu origem ao Bahia pela Paz, que foi o chamado Pacto pela Vida, um programa que se iniciou em 2011. Na audiência pública que foi pautada aqui, nesta Casa, nesta semana... na semana passada, perdão, presidida pelo deputado Robinson Almeida, com o projeto sendo defendido pelo secretário Felipe Freitas, nós dissemos que era necessário fazer um debate criterioso sobre a experiência do Pacto pela Vida. Como eu disse, começou em 2011, prometendo a redução, especialmente, da letalidade policial. E de lá para cá o que nós observamos é uma letalidade cada vez maior e a situação da violência na Bahia aumentando de maneira vertiginosa. Para se ter uma ideia, a letalidade policial na Bahia chegou a superar a do estado do Rio de Janeiro. Portanto, nós temos o pior índice de letalidade policial do país. O primeiro elemento seria esse.

Algumas fragilidades do projeto precisam ser ressaltadas, Sr. Presidente. A primeira é a utilização do índice CVLI, que é de Crimes Violentos, Letais e Intencionais. Esse tipo de índice, para se ter uma ideia, no estado que tem a pior letalidade policial do país, exclui as mortes violentas por intervenção de agentes do estado.

Para se ter uma ideia, o Instituto Fogo Cruzado demonstrou que em 18 meses 35% dos episódios com disparo de arma de fogo em Salvador e região metropolitana ocorreram por ações policiais. E identificou, nada mais nada menos, 46 chacinas provocadas pela polícia, mais de duas por mês, nesse período. Os dados oficiais desconsideram o uso da violência pelas forças policiais do estado. O melhor seria, Sr. Presidente, que se utilizasse o MVI, Mortes Violentas e Intencionais. Esse índice, que é reconhecido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, considera a letalidade policial.

Outro componente importante é a questão da participação popular. Não está detalhada no projeto a garantia da participação popular, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) apesar da declaração das intenções do secretário Felipe, o que nós não colocamos em dúvida, mas o projeto não define isso. E, mais do que isso, as organizações da sociedade civil entram como executoras do projeto, mas não existe previsão de fiscalização por parte da sociedade civil da implementação do projeto.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Sr. Presidente, eu preciso de sua tolerância para que a gente consiga fazer as observações.

Outro ponto importante é a valorização dos servidores da segurança pública. Nós tivemos, inclusive, o suicídio de dois policiais na Bahia, um policial civil, ontem, e um policial militar, em Serrinha, o que evidencia a situação da saúde mental da corporação, que não tem sido tratada pelo governo do estado. Isso não está previsto no projeto.

Assim como é importante ressaltar a precariedade do Planserv e de elementos relacionados, também, à questão do treinamento que atingem a qualidade do trabalho policial.

Portanto, olhar pelas corporações policiais é fundamental.

Vários outros pontos precisam ser aprofundados. Primeiro, a regulamentação do uso das câmaras nos fardamentos, no bojo do Bahia pela Paz. Isso não está evidenciado no projeto. O projeto também despreza as conexões com o Estatuto da Igualdade Racial, que já foi aprovado, mas é olímpicamente desconsiderado.

Outro elemento importante que nós não poderíamos deixar de ressaltar é a remoção dos servidores públicos da alta cúpula da gestão do programa. Concretamente, no projeto se prevê a gestão e coordenação do programa...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar, por favor, Hilton. Seu tempo é de 5 minutos, para encaminhar.

O Sr. Hilton Coelho: (...) por cargos comissionados. Isso é uma fragilização dos profissionais de carreira.

Então, Sr. Presidente, feitas essas observações – nós teríamos diversas outras para fazer sobre o projeto e é importante estar registrado em ata –, nós queremos dizer que o voto do Psol vai ser um voto a favor do projeto, porém um voto crítico...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado. Para concluir, deputado Hilton

O Sr. Hilton Coelho: Pela experiência com o Pacto pela Vida, que foi uma experiência que trouxe na esteira da aprovação do projeto um conjunto de decretos, precisa-se fazer correções e se precisa, principalmente, de especificações que façam com que ele, de fato, atinja seus objetivos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

Para encaminhar, o deputado Rosemberg Pinto.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Dr. Diego Castro: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, Diego Castro.

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, o meu voto é contrário ao Programa Bahia Pela Paz. Deixo claro que meu voto não é contrário à segurança pública, é contrário à maneira como o projeto foi construído, como eu disse aqui, de forma generalista, um projeto que não mostra efetivamente como e quais serão os impactos do ponto de vista orçamentário, que não demonstra de maneira prática a efetividade no combate à falta de segurança pública.

Eu não posso concordar que, mais uma vez, o governo do estado, do PT – que há 20 anos... vai caminhar para 20 anos governando este estado –, queira resolver os problemas da Bahia, principalmente o da segurança pública, que é o nosso calcanhar de Aquiles, é a pior do Brasil, apenas com mais uma peça de publicidade.

Quando eu olho para o Bahia Pela Paz eu vejo uma releitura piorada do Pacto Pela Vida. Essa conversa bonita de transversalidade é, na verdade, para tirar a responsabilidade de um colo e jogar para o outro; e a batata assando passa pela mão de todo mundo e ninguém resolve nada.

O estado baiano precisa ter uma maior responsabilidade, principalmente, com a segurança pública. Eu posso discordar, inclusive, aqui, da postura ideológica de Hilton, ...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. Dr. Diego Castro: (...) mas com muitas coisas do que foi explanado ali concordo plenamente, ...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar. Por favor, conclua.

O Sr. Dr. Diego Castro: (...) principalmente, presidente, no que tange à transparência...

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, presidente!

O Sr. Dr. Diego Castro: (...) desse programa.

Então, Sr. Presidente, que fique registrado...

O Sr. Rosemberg Pinto: Quem encaminha é o líder.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deixe-o concluir.

O Sr. Dr. Diego Castro: O PT fica incomodado, como sempre.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por favor, deputado, conclua.

O Sr. Dr. Diego Castro: Que fique registrado o meu voto contrário.

Em relação ao abono dos professores, o meu voto é favorável.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Em votação o Projeto de Lei nº 25.233/2024, que institui o Programa Bahia Pela Paz.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que o aprovam, no âmbito do Plenário, permaneçam como se encontram. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Aprovado por unanimidade, com as exceções aqui citadas.

Aprovado o Projeto de Lei nº 25.233/2024, em discussão única, com o voto contrário do Deputado Dr. Diego Castro.

PROJETO DE LEI Nº 25.233/2024

Altera a Lei nº 12.357, de 26 de setembro de 2011, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A ementa da Lei nº 12.357, de 26 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Institui o Sistema de Defesa Social, o Programa Bahia pela Paz, e dá outras providências.” (NR)

Art. 2º - A Lei nº 12.357, de 26 de setembro de 2011, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e modificações:

“Art. 1º -

§ 1º - A Política Pública de Defesa Social resultará da integração de projetos e ações nas áreas de Educação, Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Cultura, Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde, Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais, Políticas para as Mulheres, Justiça e Direitos Humanos, Segurança Pública, Administração Penitenciária e Ressocialização, no âmbito do Estado da Bahia, orientados com vistas à promoção da paz social.

.....” (NR)

“Art. 2º -.....

I - o Comitê de Governança, órgão deliberativo e de supervisão superior, responsável pela definição das diretrizes estratégicas e pelo acompanhamento das ações que objetivem, no âmbito do Estado da Bahia, a progressiva e contínua redução das taxas de criminalidade, em especial aquelas relacionadas aos Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI e o aumento de índices que apontem para a melhoria do desenvolvimento social e humano das faixas mais vulneráveis da população baiana;

.....

III -

a)

.....

d) a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

.....

f) a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos;

.....

h) a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais;

.....” (NR)

“Art. 4 -

I - estabelecer diretrizes estratégicas para a promoção de ações que visem à redução das taxas de criminalidade e o aumento de índices que apontem para a melhoria do desenvolvimento social e humano das faixas mais vulneráveis da população baiana;

II - aprovar, acompanhar e apoiar os processos de formulação, implantação, monitoramento e avaliação de programas que visem à redução das taxas de criminalidade e o aumento de índices que apontem para a melhoria do desenvolvimento social e humano das faixas mais vulneráveis da população baiana;

.....” (NR)

“Art. 7º-A - Fica instituído o Programa Bahia pela Paz, consistente no conjunto de projetos e atividades desenvolvidos por diversos órgãos do Poder Público e em interação com a sociedade civil, que tem por finalidade promover a redução da criminalidade e violência no Estado da Bahia, bem como promover a melhoria do desenvolvimento social e humano das faixas mais vulneráveis da população baiana.” (NR)

“Art. 8º-A - Fica instituído o Comitê Executivo, no âmbito do Programa Bahia pela Paz, órgão consultivo e deliberativo, com a finalidade de promover a articulação entre os processos de formulação, implantação, monitoramento e avaliação de suas ações.

Parágrafo único - O Comitê Executivo referido no caput deste artigo será auxiliado por Câmaras Intersetoriais, que funcionarão em apoio às suas atividades.” (NR)

“Art. 9º-A - O Comitê Executivo do Programa Bahia pela Paz tem a seguinte composição:

I - 01 (um) representante do Gabinete do Governador, designado mediante ato do Chefe do Poder Executivo;

II - o Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização;

III - o Secretário de Comunicação Social;

IV - o Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social;

V - o Secretário de Justiça e Direitos Humanos;

VI - o Secretário da Segurança Pública;

VII - o Secretário de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais.

§ 1º - Os membros titulares serão substituídos, em suas ausências ou impedimentos, pelos seus respectivos suplentes legais.

§ 2º - Extraordinariamente, o Comitê poderá convidar autoridades públicas e membros da sociedade civil para participarem de suas reuniões.

§ 3º - O presidente do Comitê Executivo do Programa Bahia pela Paz será designado, dentre os seus integrantes, por ato do Chefe do Poder Executivo.”
(NR)

“Art. 10-A - Compete ao Comitê Executivo do Programa Bahia pela Paz:

I - conduzir o processo de formulação da política do Programa Bahia pela Paz;

II - zelar pela integração dos projetos e ações que serão executados no âmbito do Programa Bahia pela Paz, utilizando-se de práticas de planejamento integrado;

III - garantir o alinhamento do Programa Bahia pela Paz com os instrumentos de planejamento orçamentário do Estado;

IV - monitorar e avaliar a evolução dos indicadores prioritários de impacto do Programa Bahia pela Paz, a serem por ele definidos, neles incluídos as taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI;

V - instituir Câmaras Intersetoriais;

VI - realizar, através das Câmaras Intersetoriais, estudos e projetos, que visem ao aprimoramento das ações relativas ao Programa Bahia pela Paz.” (NR)

“Art. 11-A - O Regimento do Comitê Executivo do Programa Bahia pela Paz, por ele aprovado e homologado por ato do Chefe do Poder Executivo, fixará as normas de seu funcionamento.

.....” (NR)

“Art. 13-A - As Câmaras Intersetoriais, integrantes do Comitê Executivo do Programa Bahia pela Paz, terão por finalidade propor e definir diretrizes e políticas setoriais que contribuam para o impacto do Programa Bahia pela Paz, em termos de redução da criminalidade e da violência, bem como de promoção do desenvolvimento social e humano das faixas mais vulneráveis da população baiana.

§ 1º - As Câmaras Intersetoriais serão instituídas e terão as suas composições, competências, organização e normas de funcionamento definidas por Resolução do Comitê Executivo do Programa Bahia pela Paz.

§ 2º - As Câmaras Intersetoriais deverão submeter ao Comitê Executivo do Programa Bahia pela Paz seus planos de trabalho, no prazo de 30 (trinta) dias,

contado da data de sua respectiva instalação e, nos exercícios subsequentes, conforme prazo determinado pelo Comitê.” (NR)

“Art. 14 - O Comitê Executivo e as Câmaras Intersetoriais referidos nesta Lei não substituirão aqueles criados para políticas públicas e áreas de atuação específicas, que permanecerão com suas atribuições e funções já estabelecidas.” (NR)

“Art. 15 - O Comitê Executivo e as Câmaras Intersetoriais poderão convidar técnicos de notório conhecimento e experiência ou representantes de outras instituições para participarem de reuniões, sem direito a voto, com o objetivo de emitir parecer sobre assunto de sua especialidade.” (NR)

“Art. 16 -

Parágrafo único - O Núcleo de Gestão exercerá atividades de assessoramento técnico-operacional para a consecução de sua finalidade.” (NR)

“Art. 17 -

I - 01 (um) cargo de Coordenador Executivo, símbolo DAS-2B, para exercer as funções de articulação institucional entre os órgãos integrantes do Sistema de Defesa Social e a gestão estratégica dos processos relacionados à Política Pública de Defesa Social;

II - 01 (um) cargo de Coordenador I, símbolo DAS-2C, para exercer as atividades de gerenciamento técnico-administrativo das atividades do Núcleo de Gestão e de apoio técnico ao funcionamento das Câmaras Intersetoriais.” (NR)

“Art. 17-A - Ficam criados, na estrutura do Gabinete do Governador, alocados no Núcleo de Gestão, os seguintes cargos em comissão:

I - 02 (dois) cargos de Coordenador I, símbolo DAS-2C, para exercer as atividades de gerenciamento técnico-administrativo das atividades do Núcleo de Gestão e de apoio técnico ao funcionamento das Câmaras Intersetoriais;

II - 01 (um) cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, para exercer as atividades de apoio gerencial, administrativo e técnico para o funcionamento do Núcleo de Gestão e das Câmaras Intersetoriais;

III - 01 (um) cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, para exercer as atividades de apoio logístico para o funcionamento do Núcleo de Gestão e das Câmaras Intersetoriais.” (NR)

“Art. 18 - O Gabinete do Governador, por meio do Núcleo de Gestão e de outras unidades, dará apoio técnico e administrativo para o funcionamento do Comitê Executivo do Programa Bahia pela Paz e das suas Câmaras Intersetoriais.

.....” (NR)

Art. 3º - A Lei nº 12.371, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º - O Sistema de Definição e Acompanhamento de Metas para o Indicador Estratégico e para os demais Indicadores de Controle de Criminalidade será gerido pelo Comitê Executivo do Programa Bahia pela Paz, órgão instituído pela Lei nº 12.357, de 26 de setembro de 2011.” (NR)

“Art. 3º

§ 1º - A meta semestral para o Indicador Estratégico será estabelecida pelo Comitê Executivo do Programa Bahia pela Paz, para o semestre imediatamente seguinte.

.....

§ 6º - A periodicidade da avaliação dos resultados atingidos pela Secretaria da Segurança Pública, pela Polícia Civil do Estado da Bahia e pela Polícia Militar da Bahia, em relação às metas do Indicador Estratégico e dos demais Indicadores de Controle de Criminalidade será definida pelo Comitê Executivo do Programa Bahia pela Paz.” (NR)

Art. 4º - Ficam revogados os arts. 7º, 8º, 9º, 10, 11 e 13, todos da Lei nº 12.357, de 26 de setembro de 2011.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei, respeitados os valores globais constantes do orçamento do exercício de 2024 e do Plano Plurianual.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA,

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo projeto, em discussão única e votação, o Projeto de Lei nº 25.324/2024, do Poder Executivo, que dispõe sobre o abono extraordinário a ser destinado, exclusivamente no ano de 2024, aos profissionais do magistério da educação básica da rede pública do estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para relatar o Projeto de Lei nº 25.324/2024, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, passo a relatar o Projeto de Lei nº 25.324/2024, de autoria do Poder Executivo, que encaminha para apreciação da Assembleia Legislativa, do Ex.^{mo} Sr. Governador do estado que (lê): “*Dispõe sobre o abono extraordinário a ser destinado, exclusivamente no ano de 2024, aos profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Pública do Estado.*’... ‘*a título de valorização profissional, compromisso e empenho perene do governo do estado*’, conforme registra Mensagem Governamental que acompanha a proposição.

Segundo dispõe o art. 1º do projeto, o abono será concedido exclusivamente no ano de 2024, aos ocupantes de cargo público efetivo e cargo comissionado do Quadro do Magistério, e aos professores contratados pelo Regime Especial de

Direito Administrativo - REDA, que se encontrem em efetivo exercício na Educação Básica da Rede Pública do Estado na data de início de vigência desta Lei.

O abono será pago 'a título de valorização dos profissionais do Magistério sendo calculado mediante rateio do valor equivalente ao montante de 30% (trinta por cento) da parcela dos recursos devidos pela União ao Estado da Bahia, por meio de precatório judicial, a título de complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF no ano de 2024.', conforme prevê o § 3º do art. 1º do PL.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não existirem óbices quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo, cabendo ressaltar que a sua apreciação nesta sessão foi tornada possível em virtude de Acordo entre as Lideranças da Bancadas da Maioria e da Minoria na Assembleia, para dispensa das formalidades regimentais.”

Este é o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer ao Projeto de Lei nº 25.324/2024, que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado por unanimidade.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 25.324/2024.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Aprovado por unanimidade, o **Projeto de Lei nº 25.324/2024, em discussão única.**

PROJETO DE LEI Nº 25.324/2024

Dispõe sobre o abono extraordinário a ser destinado, exclusivamente no ano de 2024, aos profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Pública do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o abono extraordinário, exclusivamente no ano de 2024, destinado aos ocupantes de cargo público efetivo e cargo comissionado do Quadro do Magistério, e aos professores contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo - REDA, que se encontrem em efetivo exercício na Educação Básica da Rede Pública do Estado na data de início de vigência desta Lei.

§ 1º - O abono extraordinário também será destinado, exclusivamente no ano de 2024, aos servidores inativos do quadro efetivo do Magistério Público da Educação Básica da Rede Pública do Estado na data de início de vigência desta Lei.

§ 2º - Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, consideram-se como de efetivo exercício os afastamentos remunerados em que o servidor permaneceu na folha de pagamento da Secretaria da Educação - SEC.

§ 3º - O abono extraordinário será pago a título de valorização dos profissionais do Magistério sendo calculado mediante rateio do valor equivalente ao montante de 30% (trinta por cento) da parcela dos recursos devidos pela União ao Estado da Bahia, por meio de precatório judicial, a título de complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF no ano de 2024.

§ 4º - Na apuração do percentual de que trata o § 3º deste artigo, será considerada a mesma base de cálculo adotada para a aplicação do art. 2º da Lei nº 14.592, de 25 de agosto de 2023.

§ 5º - O abono extraordinário tem caráter indenizatório, sendo vedada a sua incorporação na remuneração, na aposentadoria e na pensão.

§ 6º - O abono extraordinário será calculado a partir da divisão do montante da verba a ser distribuída por todos os profissionais habilitados nos termos do *caput* e do § 1º deste artigo, considerada proporcionalmente a carga horária de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

§ 7º - Para os que acumularam legalmente 02 (dois) vínculos de Magistério, o abono será devido pelo exercício de ambos, sendo calculado de forma individualizada.

§ 8º - Para os que acumularam legalmente 02 (dois) vínculos, sendo 01 (um) de Magistério, o abono será devido apenas pelo seu exercício.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta dos recursos do Tesouro, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nada mais havendo a tratar...

O Sr. Samuel Junior: Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Samuel Junior: Foi feito um acordo aqui com V. Ex.^a, pelo líder Alan Sanches, a respeito de um projeto que já estava com a dispensa de formalidades e que também seria encaminhado para votação. Eu gostaria que esse acordo fosse cumprido, presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra os nobres líderes da Maioria e da Minoria, por favor.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, é verdade. Nós tínhamos feito um acordo antes daquela solicitação de verificação de quórum para votar esse projeto. É um projeto que não tem nenhum problema do ponto de vista de divergências com relação à Juventude Cristã, e nenhuma divergência de nenhum dos deputados. Eu só pedi isso ao deputado Samuel em função desses últimos movimentos aqui, porque tem um outro projeto e a gente poderia votar os dois amanhã, o de um lado e o do outro lado, por acordo. Não teria nenhum problema e a gente daria esse equilíbrio aos deputados, entendeu?

A dispensa de formalidades já está assinada, viu, presidente? Não tem nenhuma divergência do ponto de vista do conteúdo, seria apenas para dar esse equilíbrio aqui. Eu queria pedir ao deputado Samuel que a gente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Se o outro lado tiver, a gente vota agora. Traz o do outro lado e a gente vota os dois lados.

O Sr. Rosemberg Pinto: O projeto não está aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, conclua, Rosemberg.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Alan Sanches: Só 1 minuto. Estamos conversando aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Alan Sanches: Já foi acordado, Sr. Presidente, tanto com o deputado Rosemberg quanto com o deputado Samuel. Nós ficamos de votar o projeto de Samuel amanhã e parece que tem um outro...

O Sr. Rosemberg Pinto: Tem um outro projeto também.

O Sr. Alan Sanches: Pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Combinado!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Esclarecida a questão.

Não há mais nada na mesa desta presidência.

Muito obrigado, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Votamos dois importantes projetos nesta tarde: o Bahia pela Paz e o projeto do abono dos profissionais da educação.

Muito obrigado, boa noite e um grande abraço a todos.

Consequentemente, dou por encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Ivana Bastos(licenciada), Neusa Cadore, Penalva (licenciado) e Ricardo Rodrigues. (04)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.